



Desvairadas

Histórias de pessoas LGBT em
Florianópolis, capital de Santa Catarina

Juno Nedel

Este livro-reportagem foi produzido de maneira independente, com o intuito de oferecer narrativas jornalísticas sobre pessoas LGBT que fujam do olhar de exotificação e patologização habitualmente encontrado em reportagens dos meios de comunicação hegemônicos. Por esse motivo, a reprodução deste material é livre e fortemente estimulada.

Desvairadas

Juno Nedel

Desvairadas, livro-reportagem

1ª edição: dezembro de 2014 – apresentado como TCC no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

2ª edição: julho de 2017

Foto de capa: acervo pessoal de Bruno Andrade

Redação e diagramação: Juno Nedel

APRESENTAÇÃO

Este livro-reportagem reúne histórias pessoas LGBT que viveram e vivem na cidade de Florianópolis, da década de 1970 aos dias de hoje. Todos os casos aqui narrados poderiam render uma obra à parte.

Não é a pretensão deste livro-reportagem traçar categorias ou oferecer uma resposta universal às questões de gênero e sexualidade, mas apresentar as inúmeras possibilidades da existência humana.

Tal como combinado, foram respeitados acima de tudo os pronomes de tratamento e os nomes sociais escolhidos pelos entrevistados. Por questões de segurança, alguns nomes e identidades foram preservados.

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------|----|
| A dama de vermelho..... | 9 |
| Abençoada..... | 21 |
| Não te quero porque não te quero..... | 29 |
| Rainha dos palcos, Cassandra..... | 37 |
| O tempo não para..... | 45 |
| É Patrícia e ponto final..... | 53 |
| Invisível..... | 59 |
| Anexo..... | 67 |

CAPÍTULO 1 | A dama de vermelho

Kelly Cristina está parada sobre a calçada de uma dessas vielas estreitas do centro de Florianópolis. O relógio aponta um horário pouco depois das seis da tarde, quando todo o tipo de gente começa a aparecer pelas ruas: são trabalhadores com a gravata já folgada no pescoço, moças sobre quinze centímetros de salto ou jovens brancos, mimados, com muito dinheiro para farra. Apesar de estarmos em agosto, o vento sopra morno e úmido, como que antevendo uma chuvarada. Na esquina da Rua Conselheiro Mafra com a Sete de Setembro, uma usuária de crack se inclina para seu cachimbo. Protege a chama do isqueiro com a mão em concha e seu rosto se ilumina por um breve momento. Misturam-se no ar, como ruído de fundo constante, as buzinas, as conversas, os latidos e as sirenes de marcha ré de algum caminhão de coleta de lixo. Os últimos funcionários viram as plaquetas que indicam “fechado” nas portas das lojas.

Muita gente passa por Kelly a passos rápidos, sem desviar a atenção. Kelly também não se distrai – está observando

a porta, envolta em uma luz vermelha vibrante, que, à exceção da cor, é como uma porta qualquer de um prédio antigo qualquer. Para além da entrada há uma escadaria íngreme. Lá no alto da parede, um cartaz anuncia: “Vem que tem!”. Equilibrada no salto alto do sapato novo, Kelly vence os degraus a seu ritmo, agarrada em suas duas sacolas de pano. No topo da escadaria, a porta de entrada se abre antes que possa sequer pensar em bater.

“Olha, tens que tomar cuidado com os teus clientes da terceira idade”, Kelly desabafa. “O que é essa escada?”

A mulher que abriu a porta tem uns quarenta anos de idade, cabelo ralo de cor clara e olhos bem azuis. Abre um sorriso de dentes tortos. “Menina, nem me fale. Ontem veio aqui um senhor de oitenta e dois anos de idade. A primeira coisa que fez quando chegou foi pedir uma água e sentar naquele sofá”, a mulher aponta com o indicador para um canto da sala. “Ficou ali a noite inteira.”

“Vocês tinham que fazer convênio com o SAMU.”

“É. Nem a gente consegue subir isso daí direito.”

O ambiente está abarrotado por uns tantos móveis e garotas enfeitadas, usando maquiagem, bijuterias nos pulsos, pescoços e orelhas, e roupas que revelam o corpo. Os quartos cheiram a velhice e suor azedo. Todos os cômodos, fora a recepção, permanecem no escuro, como que aguardando a agitação começar. Os lençóis são simples, a mobília também. O balcão da recepção fica do outro lado da sala. Kelly para na frente dele. Tira das bolsas de pano duas caixas de tamanho médio, fechadas com fita adesiva, e as deposita sobre a bancada. Ambas estão repletas de preservativos masculinos e femininos, daquelas variantes distribuídas de graça nos postos de saúde. Dependendo do estabelecimento, Kelly também distribui lubrificantes íntimos em embalagens quadradas.

“Vocês desculpem que nós tivemos um probleminha com o fornecedor... Ficamos um tempo sem receber, mas acontece.”

“Tá tudo bem”, a mulher sorri. “Obrigada. As meninas precisam, né?”

Kelly anota a entrega em um papel que carrega na bolsa a tiracolo. Confere o horário. São seis e vinte. Há ainda várias casas a visitar antes que a noite de sexta-feira se consolide. Despede-se, as meninas acenam de volta, e então desce as escadas. Na rua, o ar da noite parece quase fresco em comparação com o interior do prostíbulo, e as últimas luzes do dia já esmaecem no horizonte. Kelly para, ajeita melhor as bolsas em cada ombro e segue sem perder a classe nas ruas de pedregulhos do centro.

Há quem a chame de Kelly LeBrock, como a atriz de Hollywood, ou apenas Kelly. Travesti nascida em Florianópolis, ela tem duas irmãs, doze cachorros, três sobrinhos e uma sobrinha-neta, que ajudou a criar. Em algumas sextas-feiras, Kelly percorre as casas de prostituição do centro de Florianópolis para entregar preservativos e fazer trabalhos de conscientização sobre direitos de travestis, transexuais, gays e lésbicas em nome da ONG Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH), onde trabalha.

Sua transição aconteceu em 1989. Naquela época, com dezoito anos, sentia-se cada vez mais desassossegada por ter que se apresentar ao serviço militar obrigatório. O cenário na cabeça era pavoroso: rapazes nervosos, perfilados e nus, o olhar inescrupuloso dos militares, os exames médicos, as piadinhas. Não teve jeito, deixou passar o alistamento e só começou a transição depois.

A mãe não demorou para descobrir o que acontecia. Jogou os pertences de Kelly no lixo, disse que não aceitava a transição. Às vezes, como na infância, repreendia daquele jeito característico, com um olhar fulminante que já transmitia toda a mensagem por si só. Mas Kelly conhecia a mãe que tinha e sabia exatamente como convencê-la. Entre chantagens emocionais e brigas, acabaram se conciliando. Se não fosse

pela proximidade que tem hoje com a mãe, Kelly já teria dado um jeito de sair do Brasil. Mas a vida está entrando nos eixos, a mãe gosta de todos os seus amigos e diz a quem puder ouvir que “prefere ter um filho assim do que um filho marginal”. Se saem juntas pela rua e alguém a provoca, quem vai tirar satisfações é sua mãe.

“O que é?”

“Camisinha, vocês não estão precisando?”

“Hm... sim, sim.” A moça do balcão, com as pupilas bem dilatadas, cutuca de leve o nariz. Tem cabelo cortado à escovinha, corte militar, e algumas argolas prateadas nas dobras da orelha. Parece não estar ouvindo bem, pois o volume da música está alto.

“Ah, e tem esse folheto... É de um projeto nosso de volta às aulas. É para as meninas não ficarem longe dos estudos. Tá tudo escrito aí atrás.” Kelly estica um maço de folhetos para a moça, que demora a perceber o gesto. O nariz dela agora escorre. Ela o cutuca de novo e só então pega os folhetos.

“Volta às aulas?”

“É.”

“Hm...mm.”

No bar, a pista de dança ainda está vazia, as cadeiras estão empilhadas sobre as mesas e o dono do negócio está agachado atrás dos cabos e caixas de som, testando as canções escolhidas para a trilha sonora da noite. Um holofote de luz negra aponta para todos os cantos da sala em um curto intervalo de tempo. Quando a luz cai sobre o balcão, centenas de frascos e garrafas de bebida colorida se iluminam como em um relâmpago. Em pouco tempo já estão no escuro de novo, aguardando a chegada dos primeiros clientes, cartões de crédito e drinks.

“Vocês desculpem que tivemos um pequeno problema com o fornecedor... Foi por isso que ficamos sem. Às vezes acontece, fazer o quê?”

“Ahã.”

As caixas são guardadas do outro lado do balcão, fora do alcance da vista. No cantinho ficam os folhetos destinados às meninas da casa. “Entrega pra elas, tá?”, Kelly pede por último. Cumprimenta o dono do negócio com um aceno de cabeça e vai embora.

As bolsas de pano vão ficando cada vez mais leves e folgadas com o passar da hora. Quando terminar o percurso de sexta-feira, Kelly ainda vai levar algumas caixas de preservativos para São José, no continente, para o ponto onde faz programa. Isso não é mais motivo de tristeza.

A princípio, Kelly encarava a vida de uma forma bastante ranzinza. Foi então que se apaixonou de novo, no início de 2014. Conheceu o homem numa dessas noites quentes de verão e, desde então, não consegue tirá-lo da cabeça. A paixão – ou amor, ainda não descobriu qual dos dois é – foi um marco: a auto-estima voltou e Kelly aprendeu a se valorizar, inclusive no serviço. Depois disso a rua se tornou um palco. É lá que Kelly pode ser vulgar, sensual e oferecida. Prepara-se com esmero, aplica a maquiagem, ajeita o cabelo longo, enverga as roupas mais provocantes, bota música para tocar, coloca os fones de ouvido e desce para a pista. Tem para si que não deixaria de fazer programa nem se lhe oferecessem emprego fixo, com benefícios e carteira assinada. Daria um jeito de conciliar os dois.

Quando começou a fazer programa, no início da década de 1990, a sensação era bem diferente. Naqueles tempos, travestis só saíam durante a noite. Giravam em torno delas as histórias sobre os braços cortados e giletes escondidas na boca. Há relatos de que, nos períodos de maior repressão policial, algumas travestis se mutilavam com a lâmina das giletes no intuito de serem liberadas ou levadas ao pronto-socorro. Em meio à polêmica da AIDS, alardeada pelos noticiários, o sangue das travestis – grupo frequentemente associado à doença – também passou a significar ameaça.

O número de operações policiais higienistas cresceu na cidade. A Operação Arrastão, organizada pelo Departamento Estadual de Investigações (DEIC) ainda em 1989, foi uma das diversas iniciativas cujo objetivo principal era “purificar” o centro de Florianópolis das zonas de meretrício e tráfico de drogas, e retirar os “vadios” de circulação – ou seja, todos os moradores de rua, portadores e usuários de drogas, travestis, prostitutas, pessoas sem documento e menores de idade. Na teoria, prendia-se sob acusação de “vadiagem”, crime previsto no decreto-lei 3.688 de 1941, mas na prática, bastava ser travesti. Às vezes, na noite, a viatura encostava na calçada, desciava o vidro da janela e o policial anunciava: “Quem estiver de calça, fica, mas quem estiver de saia...”. Na área do Centro de Florianópolis, dizia-se que a prática era mais incisiva, porque os policiais aplicavam surras – e ir reclamar na Corregedoria Geral da Polícia só aumentava a intensidade do castigo.

Foi assim que Kelly terminou em uma cela com mais quatro colegas de pista, em meados de 1990. No cubículo, havia somente um colchão velho sobre o cimento gelado e um copinho de café fumegante para dividir em cinco pessoas. A princípio, foi informado que seriam todas liberadas até meia-noite, mas as horas foram passando e nada de soltarem.

“Olha”, Kelly apelou para o policial, “eu tenho que ir embora, porque meu marido tem que ir trabalhar e eu estou com a chave de casa”.

A resposta foi negativa. Em instantes, o que era calma se transformou num pandemônio na cela da delegacia. No meio da gritaria, Kelly fingiu que se enforcava. Conseguiu um pedaço de pau, ergueu-o e ameaçou: “Entra aqui, entra aqui e solta a gente AGORA”. Então, a polícia lançou uma proposta para apaziguar a bagunça: ficou combinado que as presas deixassem os dados pessoais e se apresentassem à polícia novamente às três da tarde do dia seguinte. Nenhuma das cinco apareceu de novo.

“Nós tivemos um probleminha com o fornecedor, aí fi-

camos sem...”

Do outro lado da bancada, uma velha franzina, em seus sessenta anos, assiste sentada ao noticiário na televisão portátil. Sempre que alguma notícia a desagrada, balança a cabeça em reprovação. Não demora muito e já está balançando a cabeça sem parar. Então volta-se para Kelly e sorri.

“Não tem problema. É bom quando tem.”

As caixas trocam de mãos. Kelly aproveita e entrega os folhetos.

“Estamos com um projeto de volta às aulas.”

A mulher se estufa de surpresa. “Ah é?”

“É, para as meninas não ficarem longe dos estudos.”

Ela pega o folheto e o lê com os olhos comprimidos. Parece pensar sobre o assunto. “Sabe”, começa, “Eu quero muito terminar meus estudos. Sempre quis. Quer dizer, eu não vou terminar, mas é um sonho que eu tenho, né?”

A sala permanece em silêncio, exceto pelo zumbido baixo do noticiário e das desajeitadas geladeiras de cerveja à direita. O chão, de piso antigo, é manchado e coberto de sujeira, impregnada pelo tempo e pelo uso. Na parede da esquerda, uma passagem coberta por um lençol vermelho deixa soprar um pouco de vento morno. Pela brecha que fica entre o chão e a extremidade do lençol, podem-se ver inúmeros pares de pés caminhando apressados para lá e para cá. Seguem os preparativos para a noite. As moças se arrumam no banheiro e aplicam batom na frente do espelho. Uma fumaça espessa e branca flutua pesadamente pelo vão da porta, dando ao recinto um ar de mistério. As sombras dos móveis se espicham pela parede com a luz azulada da televisão.

“Eu queria estudar veterinária, cuidar de bicho, sabe?”, ela continua. “Mas cuidar de bicho grande. Tipo boi, vaca, essas coisas. Queria cuidar desses bichos de fazenda.”

“Mas tem curso que é só pra isso, não é só veterinária.”

“Ah é? Eu acho que sim. Veterinária de bicho grande”, ela dá uma risada. “Vê como funciona a cabeça da gente”. Es-

tende a mão e diz: “Pode deixar os folhetos aqui. Só não vou poder entregar, que depois não fica ninguém no balcão”.

“Não tem problema.”

“Então tá”, sorri de novo. “Obrigada, viu?”

A mulher ainda segura o panfleto entre as mãos quando Kelly deixa o recinto. O relógio marca sete horas e quinze minutos e toda a lista de casas de prostituição já foi preenchida. O sol foi embora de vez, a temperatura caiu pelo menos dois graus e as portas de correr das lojas foram fechadas e cadeadas. Kelly pensa na noite que virá. Os pés doem e apertam dentro dos sapatos novos enquanto caminha. Espera um momento, retooca o batom vermelho, ajeita o cabelo e segue para o terminal de ônibus, a caminho do continente.

*

É preciso passar por mulher.

A pele é marcada com lápis de olho e então perfurada por diversas agulhas de uso veterinário, sem assepsia ou anestesia prévia. As seringas estão cheias de silicone – não as sólidas próteses de silicone utilizadas nas cirurgias plásticas, mas o silicone industrial, substância barata para limpar painéis e pneus de carro e impermeabilizar azulejos. O líquido começa a fluir sob a pele, acumulando-se em montículos esparsos. Quando a seringa cospe a última gota, as agulhas são retiradas.

É preciso ser uma mulher bela.

Enxugam-se os minúsculos veios de silicone industrial que brotam como nascentes dos pontos onde a pele foi penetrada. Os orifícios abertos pela agulha são fechados com esmalte de unha ou cola tipo *superbonder*. É hora da massagem: com movimentos firmes e precisos das palmas da mão, os montículos de silicone vão ganhando forma, moldando-se, ajudando a encorpar os seios, nádegas e coxas das travestis que não podem pagar por procedimentos estéticos em clínicas particulares.

Quem guia a cirurgia é a chamada *bombadeira*, uma figura – geralmente travesti – conhecida por injetar silicone a preços muito mais baixos do que os exigidos nas clínicas estéticas. A sessão é combinada com antecedência e costuma ocorrer na casa de uma das partes. Após longas e dolorosas aplicações, vêm os conselhos: tomar estes medicamentos, descansar tantos dias, evitar pancadas na região, tudo isso para o silicone não mudar de lugar. As complicações podem aparecer já no dia seguinte: dor, infecção, deslocamento do silicone, deformações, óbito.

Não importa o quão dolorosas sejam, as alterações corporais estão presentes no dia a dia da travesti. No último levantamento feito sobre o tema, em 2002, a ADEH verificou que pelo menos 83% das travestis e transexuais da Grande Florianópolis já tinham se submetido à injeção de silicone líquido industrial. Kelly Cristina está incluída na lista. Nesse mesmo levantamento, constatou-se que 100% das travestis e transexuais já tinham aplicado hormônios sem acompanhamento médico no processo de transição. Por medo, despreparo, insegurança e falta de acesso ao sistema de saúde, a hormonização por conta própria era o método mais escolhido pelas travestis.

Ao processo de hormonização é dado o nome de terapia de reposição hormonal (TRH). Quando o estrogênio é tomado em combinação com progesterona, o processo chama-se terapia hormonal combinada (THC), que é mais eficaz do que o uso isolado de estrogênio. As doses ideais para aplicação vão depender da quantidade de testosterona em cada organismo, o que se verifica por meio de exame médico.

Atualmente, o estrógeno mais eficaz é o estradiol, disponível em forma de comprimidos, adesivos e injeções. Todos eles podem ser conseguidos sem prescrição em mercados ilegais, e as aplicações se dão de forma arbitrária. Foi o caso de Kelly que, durante a transição, tomava uma cartela inteira de comprimidos por dia e às vezes também aplicava injeções de

hormônios duas vezes ao mês. Em pouco tempo a pele começou a ficar mais lisa, o corpo mais inchado, o humor instável e as curvas mais definidas, enquanto que as ereções desapareceram por completo.

Com tanto hormônio circulando pelo sangue, alguma coisa deve ter saído errada. O que começou com um abscesso mal-tratado nas costas resultou em uma internação de dois meses por infecção. Em todo o tempo que permaneceu sob acompanhamento, Kelly tinha dois tubos saindo das costas para drenar a secreção do ferimento e um curativo, que era trocado todos os dias. A cada doze horas, tomava injeções de penicilina para combater a infecção. Depois vinham os enfermeiros, lavavam a ferida com soro fisiológico e mercúrio cromo e cobriam-na com uma nova camada de gaze. Kelly se agarrava à cama, às vezes desmaiava de dor.

Em dois meses, ela deixou o hospital curada, com a certeza de que nunca mais iria tomar hormônio de novo – exceto se tivesse acompanhamento médico. Mas o médico não sabe lidar com a travesti. Esquece-se de pedir o exame de próstata, trata-a no gênero masculino e não consegue entender o silicone industrial injetado. Nos anos 1990 era pior: como o Sistema Único de Saúde (SUS) só foi aprovar o uso do nome social em 2013, naquela época Kelly era chamada pelo nome de registro nos hospitais. Quem não é trans talvez não consiga entender o constrangimento de ter que responder pelo nome de batismo no meio de toda a gente, levantar da cadeira da sala de espera e acompanhar a enfermeira para a consulta, sob olhares de deboche e estranhamento. Por medo de situações como esta, algumas amigas de Kelly evitaram ir ao posto de saúde – e, dessa forma, morreram.

“Agora isso já tá mudando”, diz ela. Hoje pode querer ter o nome respeitado, um emprego, sair à luz do dia, dançar de noite, nos bares, vestir saia ou calça, usar maquiagem, passar batom e pintar as unhas... Mas ainda tem muita coisa para melhorar. O preconceito quando conta que é travesti e faz

programa, por exemplo. “O homem vê a gente como objeto sexual, objeto para prazer. A gente só serve para isso e mais nada. Eles não veem que ali tem uma pessoa, uma pessoa que pensa, tem sua vida, tudo como eles. Eu não sou só um brinquedinho”, Kelly alfineta. Se percebe que a intenção é só sexo, ela logo pergunta: “Tu vais me pagar?”.

Às vezes, mesmo quem se interessa por Kelly ainda tem vergonha de ser visto na companhia dela. “Quando um homem me assume como travesti, é a maior prova de amor da vida dele”, diz Kelly. Um exemplo é o do marido. Juntos desde 1994, dividem uma casa no terreno da mãe de Kelly, no Estreito. Desde então, ele manteve uma postura aberta com todos os que perguntavam: “Tá, mas ela é travesti?”. Sim, é. E por isso mesmo ninguém tinha coragem de implicar com isso. O casamento já tem 20 anos, mas a química está diminuindo cada vez mais – e sem química não dá.

A vida continua. Tem um rapaz que pega ônibus com Kelly todos os dias e não desgruda os olhos dela. A viagem segue nessa troca de olhares, alguns ousados, outros mais tímidos, e às vezes ele até senta no banco de trás ou do lado. Nunca trocam palavra nenhuma. Chegando no terminal de ônibus, cada um vai para um canto e o ciclo recomeça. Kelly não tem pressa. Mais do que a aparência, quer num homem o bom caráter e conteúdo. Um dia vão conversar e ela vai poder tirar a prova, ver se os pensamentos são parecidos. E aí, quem sabe?

CAPÍTULO 2 | Abençoada

Na manhã do último dia do ano, Israel Borges acorda se sentindo um pouco diferente. Ao observar seu corpo no espelho, depara-se com um quadril acentuado e seios proeminentes. Não vê barba no rosto. Percebe que a pele parece mais fina, com uma textura menos áspera, e que a voz está soando um pouco aguda. No guarda-roupa, todas as peças são inéditas e cheiram a novo. E quando deixa o quarto, as pessoas se referem a ele por um nome que não é Israel. É Caroline.

Em 31 de dezembro de 2014, aos 22 anos de idade, Israel vai começar sua vida como mulher transgênera. Já está agilizando os preparativos: roupas, consultas médicas, aplicação de hormônios. Quer que toda a transição corra conforme planejado. Às vezes, pega-se pensando no nascimento de Caroline e vem a expectativa. Mas é preciso ter calma. Enquanto a data não chega, ele se identifica e quer ser tratado como Israel: uma figura andrógina, meio homem e meio mulher.

Isso já vem de infância. Quando via a mãe se empetecar

diante do espelho com roupas de estampas exuberantes e salto alto, Israel se perguntava por que não tinha nascido mulher. As primas, andando ajeitadinhas para lá e para cá, também despertavam inveja. “Quando a gente é pequeno, existem milhões de pensamentos loucos na nossa cabeça que a gente não consegue entender. E isso machuca muito”, ele diz. Nos tempos de criança, tecia teorias mirabolantes para tentar explicar o que sentia. Numa delas, a mãe lhe teria implantado o pênis logo que nasceu. E ele poderia ser retirado, como uma peça desencaixável, assim que Israel crescesse.

Veio a adolescência e Israel passou a se vestir com as roupas da mãe. Às vezes saía de maquiagem na rua porque gostava, sem se deter muito no que os outros poderiam pensar. “Era uma coisa que para mim saía como natural, mas as pessoas olhavam de jeito diferente.” Cresceram as fofocas sobre suas manias esquisitas. Exceto pelos pais, toda a família de Israel era evangélica e tinha dificuldades para lidar com temas como homossexualidade e transexualidade. Apesar disso, foi na religião que Israel decidiu buscar explicações para o que acontecia com ele.

O pessoal da igreja dizia que aquilo era coisa do Diabo. Ninguém ousava falar em voz alta sobre o assunto, mas Israel sabia dos cochichos e comentários que ocupavam o culto quando não estava presente. E quando estava, era tido quase como um santo. “Eu conhecia na igreja homens que eram casados com mulheres, e eu sabia que eles eram gays. Só que eles eram reprimidos pela sociedade, pela religião, e acabavam sendo preconceituosos.” Em determinado momento, o preconceito já havia se instalado até mesmo em Israel. “Eu era um transgênero enrustido e xingava quem também era. Isso estava reprimido dentro de mim.”

Foi desse jeito que Israel firmou uma promessa com Deus. Pediu assim: “Deus, se isso for realmente uma maldição, tu vais tirar ela de mim”. Por dois anos, dedicou-se ao estudo de Teologia para se tornar pastor, como os seus pa-

rentes. Todos os dias, seguia direto de casa para a igreja, onde vasculhava cada linha de cada livro à procura da resposta para sua questão. Nunca foi do tipo de pessoa que se convenciam sem provas, mas tampouco conseguiu encontrá-las nos livros.

A resposta veio de repente. Na ocasião, Israel tinha viajado para Minas Gerais e Paraná, acompanhado de algumas pessoas da igreja, no intuito de ministrar aulas de dança. Em Curitiba, passaram um mês acampados, orando dia e noite. “Aí eu obtive a resposta. Vi que Deus me aceitava da forma que eu era. Vi também que a religião nada ia acrescentar na minha vida, a não ser para fazer o mal. E o meu coração não precisava daquilo.”

Assim Israel deixou a religião para trás e se assumiu como homossexual, pois era o que acreditava ser naquela época, aos 18, quase 19 anos. “No começo, parecia que eu tinha morrido para a minha família. Não falavam mais meu nome, como se eu fosse um estranho.” Com o tempo, conseguiu conquistar a tolerância dos familiares mais religiosos. Mas para a igreja não quer voltar mais: “O que eu sinto é nojo pela ignorância. Eles nem sabem o que está se passando e ficam dizendo amém”.

Feita a descoberta, Israel se permitiu experimentar. Em 2010, aos 18 anos, colocou vestido e salto alto pela primeira vez, no intuito de se montar como Drag Queen. Mas ainda tinha muito medo de entrar nesse cenário, então passou um ano inteiro afastado dos palcos. Isso mudou quando a casa noturna Mix Café realizou, em 2012, o concurso Fábrica de Bonecas, para ajudar a formar novas Drag Queens na cena LGBT de Florianópolis. “Resolvi botar a cara a tapa”, conta Israel. Passou no concurso e recebeu auxílio de duas Drag Queens para montar seu primeiro show profissional.

Naquela noite, quando Israel se arrumava no camarim, a *hostess* do Mix Café, Selma Light, entrou de supetão. Tão logo o viu, já disparou: “Ah, vai ser trans, não adianta!”. Israel ficou perplexo. Selma insistiu: “Tô falando, tu vai ser trans”. Pouco depois, a previsão se realizou: em cima do palco, atuando

como a Drag Queen Nicolý Mollinaro, Israel percebeu que não queria ser uma caricatura de mulher.

“Até então, eu achava que era gay. Aí cheguei à conclusão de que eu sou uma pessoa transgênera, de que eu preciso ‘adequar’ meu corpo, colocar tudo em sintonia.” Por algum tempo, foi o preconceito que o impediu de se assumir como pessoa trans. Temia ter que se prostituir, na ausência de oportunidade de emprego. “Vi que essa não era a única saída. Tu tens que se impor e fazer as pessoas te respeitarem, porque elas acham que trans é bagunça.” No fim, não teve dificuldade para manter seus trabalhos: atua como maquiador, faz shows como Nicolý Mollinaro e trabalha de administrador e caixa no estabelecimento dos pais. “Quero viver uma vida normal, um dia a dia normal. Mas agora eu sei que vai ser tranquilo.”

No entanto, para mudar o corpo como pretende, Israel vai precisar de um investimento considerável. Só os hormônios que toma exigem um gasto mensal de R\$200 – “Agora soma com as depilações a laser, que tu gasta mais uns 200 reais fazendo, com o guarda-roupa novo e com as consultas médicas.” Isso sem falar na Cirurgia de Redesignação Sexual (CRS), que Israel não pretende fazer por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

A CRS passou a ser ofertada pelo SUS em 2008. De acordo com dados do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), da sua regulamentação, em agosto de 2008, até o mês de setembro de 2014, foram realizados no Brasil 186 procedimentos de Redesignação Sexual 1º Tempo – ou seja, procedimento de transgenitalização para mulheres trans, porque o SUS não oferece CRS para homens trans. A região Sul foi a que mais realizou procedimentos, com 81 cirurgias contra 71 do Sudeste e 34 do Centro-Oeste. Em complemento, foram realizadas 45 Cirurgias de Redesignação Sexual 2º Tempo, ou seja, procedimentos para alongamento das cordas vocais e redução do pomo de adão.

Como há somente quatro hospitais credenciados para

realizar a CRS no Brasil – Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás (UFG), Instituto de Psiquiatria da Fundação Faculdade de Medicina de São Paulo e o Hospital Universitário Pedro Ernesto, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) –, a fila de espera para a cirurgia pode chegar a quase seis anos. E tem gente que não pode mais esperar.

O procedimento é gratuito, mas burocrático: só é permitido a quem tem mais de 21 anos e já passou por dois anos de acompanhamento psiquiátrico. Isso porque a transexualidade é enquadrada como transtorno de identidade na Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), que é utilizada como referência pelo sistema de saúde brasileiro. Em outras palavras, uma pessoa transgênera só pode realizar a CRS a partir do SUS caso tenha o seu transtorno de identidade comprovado. “Você faz o acompanhamento por dois anos, e no final eles vão dizer que você é uma pessoa louca, que você precisa disso para viver”, Israel explica. “Aqui no Brasil, *eles* é que decidem se você faz a cirurgia.”

É por esse motivo que Israel está guardando dinheiro para realizar a cirurgia na Tailândia, país referência em procedimentos do tipo. O hospital tailandês de cirurgia plástica Kamol é um dos mais renomados e disputados no mundo, e realiza em média três CRS por dia. O custo da operação, desconsiderando passagens de avião e hospedagem, pode chegar a US\$12 mil. Mas, para Israel, o resultado lá fora é mais garantido: no Brasil, conhece duas mulheres trans que tiveram operar três vezes até conseguirem o resultado estético ideal. E o tabu sobre o assunto ainda é muito grande em território nacional. “O pessoal tem muito preconceito, te trata mal, sendo que é uma coisa da vida, do dia a dia, que sempre existiu e é normal.”

Até poder pagar por todos os procedimentos, Israel vai se contentar com a hormonização. “É uma coisa muito forte. Mexe com tudo, mexe com o pensamento. E passa muita

coisa na tua cabeça”, ele conta. Os efeitos colaterais são piores para as travestis e transexuais que injetam hormônios sem acompanhamento médico. “Muitas trans não têm dinheiro para médico, aí conseguem o hormônio no mercado ilegal. É mais barato, mas a dosagem não é a mesma, então tem efeitos colaterais fortíssimos. Câncer no fígado, por exemplo.”

Apesar da complexidade da transição, Israel tem os pais a seu favor. Vê isso como algo muito importante para qualquer pessoa gay, lésbica ou trans que queira se assumir. “Se um pai ou mãe percebe que a criança é assim, tem que oferecer apoio. Eu já tentei suicídio. Meus pais sabiam, mas não tiveram a sabedoria de conversar comigo e dizer que aquilo era normal. Então se tu tens um filho gay, apoia ele, ajuda ele. Tem que ter uma proteção em cima dele.” Contudo, não é o que Israel vê acontecer nas famílias, em especial com as crianças transgêneras. Conhece um caso em que os pais da criança fingem que não percebem o que está acontecendo. “E se você tenta ajudar, eles respondem que estás amaldiçoando o filho deles.”

Maldição mesmo é viver do jeito que não quer. Israel conta os dias para o nascimento de Caroline e o começo de uma nova fase. Tem o apoio do namorado, com quem mora junto faz três anos, e dos pais. Até a parte religiosa da família já está aceitando a questão de um jeito diferente. “A gente tem muito essa coisa de pensar nos outros. Como os outros vão me ver? O que eles vão achar de mim?”, Israel diz. “Mas a vida já é uma coisa complicada de início. Aí se tu vem com uma autenticidade, com algo que é só teu, isso gera bastante conflito.”

Embora tenha deixado a religião para trás, Israel tem o costume de sempre agradecer a Deus depois de superar qualquer desafio. “As pessoas acham que por a gente ser Drag Queen, gay, lésbica ou trans, não pode agradecer a Deus, não pode acreditar em Deus. Mas *eu* acredito.” No fundo, sente que muito do preconceito com o diferente tem a ver com curiosidade e desejo reprimidos pela religião. “Eu sempre fui

muito de pesquisar, e nisso percebi que igreja não leva a lugar nenhum, a não ser para um mundo de ignorância e hipocrisia. Eu não quero respostas prontas. Eu não quero dizer amém para tudo.”

CAPÍTULO 3 | Não te quero porque não te quero

Guilhermina Cunha Ayres tinha cinco anos de idade quando a mãe sofreu um acidente grave. O resultado foram queimaduras de pele que só podiam ser operadas em São Paulo, e por isso a família, natural de Gravatal, cidade do sul de Santa Catarina, fez as malas e foi-se embora. Passaram cinco anos até terminarem todos os procedimentos médicos e a família voltar para a estrada. Dessa vez, vieram parar em Florianópolis e daqui não saíram mais.

A cidade que pai, mãe, Guilhermina e três irmãos encontraram em 1980 era provinciana e simples. Quase sem asfalto, exceto por uma ou outra rodovia de acesso às praias, bastava cair um temporal para que as estradas ficassem interditadas. As praias de Jurerê e Campeche eram protegidas por um matagal cerrado. Os carnavais levavam agitação turística descomunal às ruas e a violência, embora existisse, nem se comparava com a de São Paulo.

Por isso mesmo é que Guilhermina não demorou a sair pela cidade e fazer suas primeiras descobertas. Aos 15 anos,

entrou pela primeira vez em uma boate para Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), no bairro Estreito. Fazia o estilo de boate inferninho, meio escondida, e só entrava quem fosse amigo ou chegado no negócio. Guilhermina pertencia ao último grupo. Tinha o hábito constante de ler, lia de tudo – o filósofo francês Jean-Paul Sartre era um dos preferidos –, lia tanto que acabou se deparando com algo chamado naquela época de “desvio sexual”.

Por desvio sexual, ou perversões, entendiam-se então as “anormalidades” no comportamento sexual humano, como aquelas em que o indivíduo obtém prazer a partir de fantasias ou desejos sexuais com objetos, humilhação, animais, crianças ou pessoas que não consentem com o ato. Estavam equiparadas, em uma mesma categoria, a pedofilia, a zoofilia e a homossexualidade – sendo que esta essa última só deixou de ser considerada um desvio sexual pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1985. Em 1990, foi a vez da Organização Mundial da Saúde (OMS) retirar a homossexualidade da lista de doenças mentais.

Até então, pouco se falava sobre os homossexuais no cotidiano de Florianópolis. Guilhermina só foi saber que mulher podia gostar de mulher quando conversou com a prima, que morava em Porto Alegre, e que dizia estar apaixonada por uma amiga. Logo tudo encaixou: devia ser lésbica também. Assumiu-se para a família aos 16 anos, e a mãe foi logo dizendo: “Espero que tu não te arrependas disso”. Guilhermina foi categórica na resposta: “Se eu me arrepender, o que é que pode acontecer? Vou me casar, ficar grávida e ter um monte de filhinhos”.

Não demorou para encontrar mais gente como ela. Em 1986, no mandato do prefeito Edison Andrino, foi realizado um Campeonato Municipal de Futebol Feminino nas quadras sobre o Aterro Baía Sul, onde hoje é a passarela Nego Quirido. “Se tem futebol, tem sapatão”, Guilhermina concluiu, e foi lá ver de perto. Fazia um dia úmido, gelado, e as arquibancadas

eram fustigadas pelo vento sul que encanava da praia. Enrolada até o nariz num cobertor, Guilhermina ficou assistindo as partidas de futebol e, dali a pouco, estavam todos agrupados debaixo das cobertas, trêmulos e encolhidos de frio.

Na companhia dessas pessoas, amigos que fez daquele dia em diante, é que foi descobrindo a noite de Florianópolis. Um destino comum era o Masmorra, bar que ficava na esquina da Rua Fernando Machado com a Saldanha Marinho, próximo à Praça XV de Novembro, no Centro de Florianópolis. O Masmorra era escondido, outro inferninho, um bar de lésbicas, gays e travestis no final dos anos 1980. Às vezes vinha também o pessoal dos morros da Avenida Mauro Ramos, que no caminho da Catedral Metropolitana acabava parando por ali. Do lado de fora ficava quem não podia e quem não queria entrar. Os que vinham dos outros bares e boates GLS da região – como Fulanos e Florianos, Chandon (que inicialmente não era voltada para o público gay da cidade), Maçã Verde, Fim de Século e Notre Vie – aproveitavam o trajeto e faziam ali sua pausa.

A entrada era guardada por dois punks – até mesmo o dono do Masmorra era punk –, com suas correntes, tatuagens, roupas puídas, rebites e tachas de metal. Além da porta de entrada, estendia-se um corredor de pedra estreito, que seguia até uma porta gradeada e, mais além, à pista de dança. Era uma pista apertada, sem decoração nenhuma. Havia um jardim na parte externa, com plantas, bancos do tipo encontrado nas praças e palco para banda, mas a ferveção acontecia mais dentro da casa, até as seis da manhã, quando o rock cedia a vez para os Boleros de Ravel. A este sinal, Guilhermina se inclinava sobre o balcão e conversava com o dono do Masmorra, até o estabelecimento mandar embora os últimos boêmios.

No outro lado da Praça XV, na escadaria do Rosário, concentravam-se os festeiros de maior poder aquisitivo, ou aqueles que economizavam durante a semana só para fazer a média. Estavam ali em razão da Oppium, balada GLS com certa

notoriedade na época, mas que quase não se percebia olhando da rua, porque a porta de entrada ficava em um paredão sem janelas. Discreta e alternativa, a Oppium tocava músicas estrangeiras de bandas como *Pet Shop Boys* e *The Cure*, e suas festas eram consideradas as mais elaboradas, com shows pagos toda semana. Embora no início a casa não tivesse nada de GLS, a fama foi conquistada aos poucos com algumas reportagens de jornal sobre o público de má-reputação, que incluía ainda certos jornalistas e escritores da cidade.

Naquele final de ditadura militar, em razão da movimentação noturna nos arredores da Praça XV, a polícia fazia rondas de rotina, em geral acompanhada do Conselho Tutelar e o Juizado de Menores. Quem fosse menor de idade e estivesse nas festas já voltava para casa no camburão. Numa dessas noites, o fusca do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) desceu a rua do Masmorra, o policial botou a cabeça para fora e advertiu: “Saíam agora, porque daqui a cinco minutos nós voltamos e vamos prender mesmo”. No final, eles sempre voltavam.

Nessa cidade pequena dos anos 1980, em que todo mundo ficava sabendo de tudo, ser homossexual exigia discrição e cautela. Um casal de lésbicas que quisesse sair às ruas tinha que imitar o padrão binário de gênero, ou seja, homem e mulher. Ainda dentro dos limites, as namoradas podiam sair com roupas mais “femininas”, mas se estivessem ambas de “homem”, apanhavam. Nessa época, algumas amigas de Guilhermina foram proibidas de entrar em certos estabelecimentos e até mesmo de usar o banheiro feminino. Para evitar os olhares de esguelha, as piadinhas, os cochichos e as agressões, as meninas inventavam mil artimanhas: em Porto Alegre, a prima de Guilhermina fingia mancar quando andava abraçada com a namorada. Desta forma, incomodavam-se menos e tinham desculpa caso alguém resolvesse se intrometer.

Remonta a essa época o sonho que Guilhermina tem de poder andar na praia de mãos dadas com a namorada. Na parte

alta da Galheta, praia naturista que reunia muito da comunidade GLS de Florianópolis, os pescadores xingavam e atiravam coisas sempre que viam o grupo de Guilhermina passar. Perto dali, na praia Mole, os homossexuais frequentavam o canto esquerdo da faixa de areia, porque o canto direito era o dos homofóbicos. Foi no canto esquerdo, bem perto da trilha para a Galheta, que Manoel Vieira criou, em 1982, o Bar do Deca, ponto de badalação LGBT na temporada de verão. Mais ao oeste da Galheta, na praia da Barra da Lagoa, a opção para as meninas era o bar da Martinha. Depois do anoitecer, o deck de madeira ficava lotado com mulheres tocando violão ou bатуque e fazendo festa. À medida que a noite avançava, vinham também as séries de mergulhos na Lagoa, em geral sem roupa nenhuma.

Embora o carinho entre as meninas fosse muito sutil, vez ou outra aparecia algum marmanjo pedindo para participar. Tiravam do bolso algumas notas, tentavam pagar para assistir uns tantos beijos e se irritavam caso não conseguissem. Os homens mais contidos chamavam as meninas para dançar, o que não era muito melhor, tendo em vista que era considerado estranho recusar convites como esses. Para evitar desconfortos do tipo, Guilhermina e os amigos gays iam juntos às festas e fingiam que eram namorados.

Faziam assim nos bailões do Centro Comunitário do Monte Verde, bairro onde Guilhermina morava na década de 1980. Quando chegava a vez das baladinhas típicas da temporada, como Whitney Houston, Cindy Lauper, Madonna, e algum homem se aproximava de Guilhermina, o amigo passava o braço sobre o ombro dela e alertava: “Ela é minha namorada”. O contrário também valia, quando as menininhas vinham convidar os amigos de Guilhermina para dançar. De casal falsificado, os amigos trocavam um selinho, que era, então, marca característica de homossexuais.

Os mais inconformados gritavam em resposta: “Você não me quer porque é *sapatão!*”. Mas a ofensa não funcionava

como ofensa. “Não, eu não te quero porque eu não te quero.”

As notícias dos jornais começaram a falar discretamente sobre a homossexualidade. Em 12 de julho de 1986, o Diário Catarinense registrou o fechamento definitivo do bar Peculiar e Arte, porque vinha atraindo um número cada vez maior de clientes de “má-reputação”. A reportagem traz o pronunciamento de um vizinho do bar, que dá o tom: “A nocividade é maior, em decorrência de serem certos frequentadores do Bar Peculiar e Arte de má reputação (homossexuais, lésbicas, rufiões e outros exemplares dessa fauna anômala) os quais, não se satisfazendo com as orgias no interior do Bar, saem à rua aos gritos e assoadas resultando em alterações mais adequadas aos centros de libertinagem a que estão afeitos”.

Mas qualquer discricção desaparecia dos jornais nos tempos de carnaval. Era aí que a Florianópolis fazia jus ao apelido de “Capital Gay” do país, lotando as ruas de travestis, gays e lésbicas nos blocos de sujos e nos festejos noturnos do centro da cidade. Parte dessa tradição começou ainda na década de 1970, com o carnaval dos boêmios, artistas, jornalistas, gays, lésbicas e travestis na Avenida Hercílio Luz, em frente ao bar do Roma. Daí para todo o trecho da Alfândega e da Praça XV, as ruas eram uma festa. Cada noite de carnaval marcava um público de 10 mil pessoas, acotovelando-se para assistir os blocos de todo tipo, sujos ou organizados, as escolas de samba e os grupos carnavalescos que passavam nas ruas do entorno da Praça XV.

O bar Roma, próximo ao Masmorra, delimitou uma linha imaginária no carnaval de Florianópolis: ali, junto às caixas de som, concentravam-se os gays, lésbicas e travestis que queriam fazer festa longe da multidão mais preconceituosa. A turma de Guilhermina aproveitou o carnaval naquele trecho até a Prefeitura de Florianópolis resolver financiar e organizar o carnaval do Roma, providenciando palcos e som com banda ao vivo. A partir de 1993, com a criação do Pop Gay, a curtição do carnaval cedeu espaço para o turismo LGBT.

Nos últimos vinte anos, os estabelecimentos GLS que ficavam no trajeto dos blocos de carnaval, tais como Masmorra, Maçã Verde, Ilha dos Patos, Escotilha, Soho, The Pub, Gallileu's, Bier Haus, Escova, Chandon, Ecos, Notre Vie, Oppium, Ominus, Transport e diversos outros, foram aos poucos fechando as portas. “Agora já não se vê mais nenhum espaço exclusivo de gay como se tinha. Está mais diluído”, explica Guilhermina. Com a virada do século veio a moda dos bares e casas “alternativas”, mas nem por isso GLS. Em contrapartida, outros fenômenos como a Parada da Diversidade, realizada desde 2005 em Florianópolis, vêm ganhando destaque na cidade. De acordo com a Santa Catarina Turismo (Santur), Florianópolis é o melhor Destino LGBT do Brasil, e atrai cada vez mais público com a propaganda turística nacional e internacional sobre a cidade.

Estas mudanças afetaram não só os espaços de convívio, como também as relações entre as pessoas. Desde 2009, a Lei 7961 proíbe em Florianópolis qualquer discriminação fundada na orientação sexual, práticas, manifestação e identidade, respeitados os direitos individuais de todos. Se antes caminhar na rua de mãos dadas com a namorada era um sonho, isso já não é mais um problema para as gerações mais jovens de lésbicas em Florianópolis. Sobre elas, Guilhermina nota maior abertura: “Antigamente, lésbica era quem ficava com mulher e ponto. Hoje já se vê sapatão que gosta de ficar com homem de vez em quando e até namora com gay. E por que não?”.

Bibliotecária, aficionada por livros, Guilhermina se mudou para pertinho do mar com a esposa, no continente. Não vai descansar enquanto não terminar de organizar os livros nas estantes e desencaixotar os objetos pessoais da mudança. Entre alguns goles de cerveja, escutando o zumbido de música que vem do aparelho de som, lembrou-se da conversa que teve com a mãe quando se assumiu como lésbica, ainda na adolescência. Não ficou grávida, não teve filhos, mas casou. E não se arrepende.

CAPÍTULO 4 | Rainha dos palcos, Cassandra

Agora, com vocês: Cassandra Vlabatski.” O ruído da plateia se avoluma com assobios, guinchos e gritos de pleno pulmão. Alguns ensaiam palmas esparsas e descompassadas, outros puxam cantos de incentivo. As luzes se apagam. Em algum lugar, oculto pela escuridão, o DJ executa a música, que começa quase imperceptível sob o estrépito do público. Os holofotes do teto se acendem e despejam raios intensos de luz branca, vermelha e negra direto nos olhos de quem assiste. Sobem as cortinas. A algazarra se torna ensurdecidora.

Cassandra Vlabatski está lá, sentada no fundo do palco. Os olhos mal-acostumados com a luz têm dificuldade para discernir muito mais que a túnica preta que ela veste, longa a ponto de cobrir o corpo inteiro, exceto pelas mãos e o ombro esquerdo. Seus braços se movem como serpentes no ritmo da canção, seu rosto traz uma espécie de máscara sobre um só olho e sua cabeça está coberta com um acessório do qual saem hastes escuras e maleáveis, semelhantes a chifres. Os lábios de

Cassandra, reluzentes de batom, acompanham a linha vocal de uma música da banda Evanescence:

*Long lost words whisper slowly to me
Still can't find what keeps me here
When all this time I've been so hollow inside
I know you're still there**

**Tradução literal: Palavras há muito tempo perdidas, sussurradas lentamente para mim. Ainda não consigo encontrar o que me mantém aqui. Quando todo este tempo tenho estado tão vazia por dentro. Eu sei que você ainda está aí.*

Cassandra arranca a túnica com uma das mãos e a atira a um canto. Veste um top prateado e, abaixo da cintura, as pernas estão cobertas por um tecido que imita uma cauda de sereia. No lugar dos pés, Cassandra tem uma barbatana grandalhona e desajeitada, coberta de purpurina. A plateia enlouquece com essa visão e sobrepuja o volume da música aos gritos. Cassandra segue sem pestanejar:

*Watching me, wanting me
I can feel you pull me down
Fearing you loving you
I won't let you pull me down**

**Tradução literal: Me observando, me desejando. Eu posso sentir você me depreciando. Temendo você, amando você. Eu não vou deixar você me depreciar.*

Um lampejo prateado chama a atenção do público para as mãos de Cassandra. O punhal, até então escondido em suas vestes, paira como uma ameaça entre os dedos dela. Cassandra leva a lâmina à boca e a lambe devagar. Confere um único e duradouro olhar para a plateia, retira da cabeça o artefato com chifres e deixa à mostra o topo da cabeça, com os cabelos cobertos por uma rede da cor de sua pele. Inclina-se para as

pernas empunhando a navalha. A lâmina penetra na barbatana de sereia e a arranca do conjunto do corpo. Debaixo dela, os pés estão enfiados em sapatos de salto alto pretos. Ainda curvada, Cassandra corre a lâmina pelas pernas, estraçalhando o tecido, abrindo um rasgo do tornozelo até a virilha, deixando entrever uma saia prateada, combinada com o top. As pernas nuas brilham com a luz dos holofotes.

Cassandra se levanta, caminha de cabeça erguida para a parte da frente do palco e continua movendo os lábios de acordo com a letra. Segura a navalha com as duas mãos, ergue-a e a enfia no peito. Líquido vermelho jorra pela barriga nua. Cassandra tira o top, arremessa-o para o canto do palco e aguarda estática o término da música. A plateia ovaciona. Fecham-se as cortinas.

A Drag Queen Cassandra Vlabatski é vivida pelo maquiador e coreógrafo Bruno Andrade, de 22 anos. Natural de Florianópolis, filho de pescadores, Bruno ama a arte de ser Drag Queen. De modo geral, Drag Queens são pessoas – costumeiramente homens – que incorporam uma mulher ou mais para fins de entretenimento ou performance. Às pessoas – costumeiramente mulheres – que interpretam uma personagem masculina, dá-se o nome de Drag Kings.

“Eu vejo a Drag Queen como a mistura da mulher com o palhaço”, Bruno explica. “É o lado feminino exagerado, é caricatura de mulher.” Esta caricatura pode ser feita de inúmeras formas. Algumas Drag Queens seguem a linha clássica vitoriana, com vestidos volumosos e penteados complicados; outras apostam na cor, no cômico ou até mesmo na elegância, com joias e muitas, muitas plumas. Já Cassandra Vlabatski prefere uma linha mais alternativa: mescla referências góticas, punk, ocultistas e sobrenaturais, como uma bruxa contemporânea. Bruno ama bruxas. Escolheu o nome Cassandra Vlabatski a partir da série de livros infanto-juvenis Harry Potter – pela qual é aficcionado – e de Cassandra Peterson, atriz que interpreta a Elvira no filme “Elvira, a Rainha das Trevas”.

Sua estreia na cena Drag Queen foi em 2010, com 18 anos. Na ocasião, Bruno foi visitar um amigo, que morava em Tubarão, e pretendia comemorar o aniversário na única casa noturna da cidade. A sugestão veio de forma inusitada:

“Vamos montados?”

Bruno estranhou. “Como assim, *montados*?”

“Montado de Drag, vestido de mulher.”

Já ocorrera a Bruno uma vez ou outra a ideia de se montar como Drag Queen, mas nunca seguira em frente com a vontade.

“Legal. Mas eu não tenho nada de Drag Queen!”

“Não tem problema. Que estilo queres fazer?”

“Ah... Eu queria um estilo diferente, algo alternativo.”

“Então a gente faz um estilo diferente. A gente vai no shopping ver o que tem, a gente compra. Se não tiver peruca lá, eu tenho e posso te emprestar. Uso peruca de plástico mesmo e sei que tu não gosta de peruca de cabelo...”

“Então tá! *Arrason*.”

Um vestido preto, uma peruca de plástico espalhafatosa, lentes de contato coloridas. Naquela noite, Bruno se apaixonou pela personagem e dali em diante foi só seguir carreira. Aprendeu as artimanhas de ser Drag Queen com o tempo e com a ajuda de colegas. Fernanda foi uma delas. Em 2010, Bruno trabalhava de coreógrafo para Fernanda, e foi ela que o levou pela primeira vez à casa noturna Mix Café, em Florianópolis. Enquanto Fernanda preparava sua maquiagem, tratou logo de tranquilizá-lo: “Aqui é casa de Drag, se joga! É tua vez de brilhar sozinho.”

Antes dos shows, nos camarins, escutando o burburinho do público, Bruno sempre tem uma crise de nervosismo. Não importa quantas vezes já tenha se apresentado, a insegurança o abate e fica pensando nos piores cenários: E se ninguém gostar? E se ninguém se divertir? Do palco, anunciam o nome de Cassandra Vlabatski. Bruno engole a ansiedade e entra na personagem. É normal acontecerem erros de vez em quando,

como perder a peruca. Mas existem algumas gafes imperdoáveis na hora do show. Uma delas é *desaquendar a neca*.

Esta expressão vem do Pajubá, ou Bajubá, um dialeto popular constituído de palavras de diversas línguas africanas, como Nagô e Yorubá, utilizado muito nos terreiros de candomblé e pelas travestis – embora recentemente seu uso tenha se estendido à comunidade LGBT. *Aquendar*, no Pajubá, quer dizer paquerar e flertar, mas neste caso, o significado é esconder. Esconder a *neca*, ou seja, o ato de amarrar ou colocar o pênis entre as pernas para obter melhor resultado estético.

O mais importante para uma Drag Queen é fazer um bom show no palco. Para Bruno, além disso, a Drag tem que divertir o público, mesmo que seja uma apresentação mais séria. “Ser Drag Queen é uma arte, e eu não quero desistir disso.” Tanto é que às vezes se monta sem razão específica, para andar na rua ou fazer faxina em casa, só pelo prazer do gesto.

Como profissão, Bruno se divide entre maquiar e fazer shows com Cassandra, mas o cachê quase nunca compensa o figurino da noite. Na Grande Florianópolis, as casas pagam em média R\$300 por show, mas isso quase nunca compensa o custo do figurino e da decoração do palco. Em São Paulo ou no Rio de Janeiro, onde há mais espaço para shows de Drag Queens, é comum que o organizador do evento banque todos os custos. “O que me leva aos palcos não é o dinheiro. A gente gasta o dobro ou o triplo para se montar”, conta Bruno. O cenário ficou ainda mais complicado com o fechamento do Mix Café, a única casa tradicional de Drag Queens em Florianópolis, em agosto de 2014. Agora, Bruno tem que se manter com os convites que vêm de fora.

Outras capitais do país, como Belo Horizonte, estão começando a sentir o fenômeno Drag Queen. E está cada vez mais precoce: “O pessoal não tem mais medo de fazer a própria arte. Conheço gente que faz show com 15 anos, Drag Queens que faziam shows antes de mim com 14 ou 15 anos de idade”, diz Bruno.

E se engana quem pensa que a cena é nova: a própria origem do nome Drag Queen remonta a um período muito anterior ao século XX. A palavra *drag* era utilizada no linguajar teatral para se referir aos homens que se vestiam com roupas femininas para atuar – nos tempos de William Shakespeare, os papéis femininos eram interpretados por homens. Outras teorias relacionam *drag* com seu significado “arrastar”, lembrando dos opulentos vestidos do século XIX, cujas barras arrastavam pelo chão. Já a palavra *queen* pode vir de *quean*, ou *cuene*, termo utilizado no século XVIII para se referir de forma pejorativa às mulheres “promíscuas” ou homens homossexuais.

O cenário Drag Queen foi ganhar visibilidade no ocidente a partir dos anos 1960. Nos cinemas, John Waters e Andy Warhol lançaram as pioneiras Divine e Candy Darling, que estrelaram respectivamente os filmes “Pink Flamingos” (1972) e “Flesh” (1968). No Brasil, alguns nomes despontam na virada da década, como a Drag Queen carioca Laura de Vison, que desfilava de biquíni e casaco de peles no carnaval do Rio de Janeiro.

Nos anos 1990, um grande impulsionador do movimento foi a estreia e o sucesso mundial do filme australiano “Priscilla, a Rainha do Deserto” (1993), de Stephan Elliott, que conta a história de três Drags em uma viagem pelo interior da Austrália, a bordo do ônibus Priscilla. No ano seguinte, Hollywood lançou o “Para Wong Foo, Obrigado por Tudo, Julie Newmar”, com um enredo bem semelhante. Foi nesse contexto que apareceram as Drag Queens brasileiras Cindy Babado, Kaká diPolly, Paulette Pink, Natasha Rasha, Dimmy Kier, só para citar alguns nomes.

Desde 2005, o foco da atenção tem sido o *reality show* televisivo dos Estados Unidos, “RuPaul’s Drag Race” (A corrida de Drags da RuPaul, em tradução literal), em que aspirantes a Drag Queens competem entre si sob orientação de RuPaul. Embora não seja transmitida no Brasil, a série vem

fazendo bastante sucesso por aqui, inspirando novas Drag Queens a entrarem no cenário. “A gente precisa espalhar isso para o povo”, afirma Bruno. “A gente quer que o mundo vire Drag.”

Quando Bruno sai montado como Cassandra Vlabatski durante o dia, as reações dos passantes incluem medo, espanto, desprezo e curiosidade. É comum que perguntem se Bruno é travesti ou transexual. Outros já consideram uma falta de respeito. Com os pais, não foi diferente. A família, católica e simples, estranhou no início.

“Como assim se vestir de mulher? Vai se prostituir?”

“Não, vou fazer isso para ganhar dinheiro.”

“Vai ganhar dinheiro como? É com homens?”

“Não, eu vou fazer show”, Bruno insistiu. Com algum esforço, explicou como funcionavam os shows de Drag Queens e mostrou alguns vídeos para a mãe. Ela adorou. Hoje em dia, respeita Cassandra e parece até gostar mais dela. Quando a mãe foi a São Paulo comprar algumas roupas para a família, voltou carregando saias e blusas para a Cassandra. Para o Bruno, nada.

Com a homossexualidade foi um pouco diferente. Bruno assumiu-se aos 16 anos para a família, e então, pensou que fosse contar com o repúdio do pai e o apoio da mãe. Foi bem o contrário: a mãe chorou e ficou bastante decepcionada. Aparentemente, ainda esperava que Bruno fosse casar com uma mulher e ter filhos. O pai não se manifestou. Se Bruno estivesse feliz assim, o que é que poderia fazer?

Nos colégios em que Bruno estudou, ficou estigmatizado como “bicha” e “viadinho”. As brigas e agressões físicas chegaram a ser diárias nos tempos de ensino médio. No terceiro ano, apesar de estar com as notas em dia, Bruno desistiu da escola. Retornou na metade do ano, mas não aguentou muito tempo: levantou a cabeça e começou a retrucar quem o agredia. “Minha vida sexual nunca prejudicou minha vida social, não é minha escolha. Muita gente é ignorante, não conhece

o assunto, devia aprender e estudar um pouco mais”, ele diz.

Quando ingressou na cena Drag Queen, ele mesmo tinha preconceito com algumas coisas. Existia ainda a ideia de que todas as travestis e transexuais necessariamente faziam programa. Com o tempo, viu que não era bem assim. “Tem Drag Queens e travestis que fazem programa, tem as que não fazem. Eu nunca fiz. Tem trans que trabalha em salão de beleza, mas é uma diferente da outra. Eu aprendi que as coisas *podem* ser diferentes.”

Sobem as cortinas. Cassandra Vlabatski está com um vestido longo e decotado, de cor indefinível sob o foco de todos os holofotes, e sapatos de salto alto brancos. A peruca é de uma cabeleira castanha avermelhada, que chega na altura do ombro. A música, uma baladinha com piano, ganha força junto com as palmas do público. A expressão de Cassandra é de sofrimento. Vai dublando a música de uma forma até bem comportada, mas no refrão pesca um cigarro do decote. A plateia urra em resposta.

Cassandra acende o cigarro, traga uma, duas, três vezes. Depois de alguns instantes, perde o interesse. Apaga-o no palco, com a sola do sapato. Lá de trás do palco tira um saquinho repleto de pó branco. A plateia parece estar ciente de onde isso vai parar. Cassandra esvazia o conteúdo do saco no chão, ajoelha-se e mete a cara nele. Atira o pó branco para cima com as mãos, feito uma criança que se diverte na piscina.

Depois disso, fica de pé, envolta em uma nuvem branca de pó, e caminha pelo palco. Poucos percebem de onde ela tira a seringa. Fingindo estar cada vez mais entorpecida, Cassandra aplica a agulha de mentirinha. Esfrega o nariz, remexe-se sobre os sapatos de salto alto. Termina a canção com um sorriso discreto, que talvez não fizesse parte dos planos. A plateia faz tanto barulho que é preciso cobrir os ouvidos. Gritam seu nome. Outros tantos assobiam. Em resposta, ela apenas sorri. Cumpru o seu trabalho da noite.

CAPÍTULO 5 | O tempo não para

Sueli Wendhausen Ramos compôs sua primeira canção em 1970. Devagar, ela enuncia o refrão, que diz mais ou menos assim: “Segura o relógio, não deixa bater. Eu olho para a lua e procuro você. Segura o tempo, não deixa passar, se a vida lhe nega alguém para amar”. A letra surgiu de divagações dela e do pai, amante de poesia, ainda na adolescência. Tinha, então, somente 15 anos de idade.

A música de Sueli conta coisas sobre a pessoa que ela é. Sempre contou. Num tempo em que se exigia discrição em assuntos como a homossexualidade, Sueli escancarava as relações afetivas nas letras de suas canções. Cantava sobre os amores e as paixões breves, mas intensas. Clamava por elas, nunca por eles. E essa postura, assumida e confiante, fez-se evidente desde o início. Mesmo antes de Sueli se apaixonar pela primeira vez por uma mulher.

Com a guitarra no colo, sob a luz azulada dos holofotes, Sueli vai para a frente do palco. Veste um camisão preto, com mangas transparentes estampadas em flores escuras, jeans e

botas de cano alto, igualmente pretas. Tem dois grandes aparelhos de retorno de som bem na frente de seus pés. O microfone é sustentado por um suporte longo e afilado. Lá atrás, a banda se prepara. O baterista dá três batidas. Na quarta, a banda entra junto com ele num sambinha calmo chamado “Por aí”. Sueli acompanha os acordes. E canta:

*Você chegou tão de repente
Como se nada quisesse
Fez de conta que não me viu
Sorriu e tão logo se foi
Por aí, oh por aí
Girando e cantando a beleza
De se dar
Ah de se dar
Por aí, oh por aí
Mas tenho a certeza
Que um dia eu vou te encontrar*

Baixinho, uma das guitarras começa a fazer um solo discreto. A canção segue, em ritmo típico de MPB:

*Vou deixando acontecer
Sem pressa e sem nada forçado
Esperando o momento certo
Para a gente se amar*

Entra o refrão. Os instrumentos de corda vão brincando com os acordes. A batida na bateria vai parando devagar.

*Mas tenho a certeza
Que um dia eu vou te encontrar*

Terminada a música, começam os aplausos ruidosos. Sueli puxa o microfone. Agradece.

Com 59 anos, aposentada do trabalho de professora de Educação Física do estado de Santa Catarina, Sueli vive para a música. Tem duas bandas – uma de samba e outra de canções autorais – e se apresenta com elas pelo menos duas vezes por mês. Nas demais horas da semana, oferece aulas de música para idosos em Biguaçu e em uma clínica do Campeche, no Sul de Florianópolis. Na realidade, é mais uma atividade de lazer do que aula: “Eu não ensino a cantar, nós vamos lá para ter um momento de prazer e alegria. É afetivo”.

Costuma dizer que a carreira musical começou quando ganhou o violão, em 1966. O fato é que sempre tocou, e aprendeu muito rápido a montar os acordes. Como carreira, a música veio a aflorar em Florianópolis, no ano de 1982. Recém contratada como professora de Educação Física, Sueli tinha na Ilha uma namorada – motivo suficiente para se mudar de vez de Joinville, onde atuou como atleta de handebol por um tempo. Chegando na capital, deparou-se com um cenário homossexual muito velado, em que os encontros eram realizados às escondidas, costumeiramente na casa de conhecidos.

A descoberta deste mundo fez parte de um turbilhão de ideias. Embora já tivesse se apaixonado por mulheres, Sueli nunca tinha visto dois homens se beijando antes de pisar em Florianópolis. Tampouco pensara ser possível. Como tocava violão onde quer que fosse, acabava atraindo os iguais. Desse jeito ia conhecendo gente nova, trocando endereços e telefones. Escreviam-se longas cartas. No verão, ficava ainda mais movimentado: amigos vindos de todos os lados, de todos os estados – Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul – acabavam se encontrando nos shows de Sueli pela cidade. Lotavam os bares e casas noturnas.

Numa dessas noites, Sueli terminou em um barzinho apinhado no Centro de Florianópolis, nas imediações da Praça XV, com o violão no colo, sem amplificador. Conseguiram, ninguém sabe de onde, um microfone para ela. O público aguardava pelo início da música.

“Me traz um cabo de vassoura”, Sueli pediu. De mão em mão, veio o cabo, que serviu como suporte de microfone. Sueli o apoiou em uma cadeira. Tudo em seu lugar, começou a tocar.

Os amigos apinhavam os bares e boates. A presença de homossexuais incomodava alguns donos de estabelecimentos, que muito frequentemente apareciam ao término das apresentações de Sueli, dizendo: “Veja bem, eu gosto do seu trabalho, mas não vou mais te contratar. Minha casa não é uma casa gay, entendeu?”.

Como Sueli não queria parar de fazer música, resolveu que não ia mais convidar os amigos caso fosse contratada para tocar em estabelecimentos voltados para o público heterossexual. Deu certo. Já nos bares GLS, a festa era liberada. Um deles era o Fulanos e Florianos, bar e boate que abriu no início da década de 1980 nas imediações da Praça dos Bombeiros, no Centro de Florianópolis. Como o dono do bar viajava muito para a Europa e os Estados Unidos, trazia do exterior as músicas do momento. E o pessoal gostava.

Quem não tinha tanto poder aquisitivo frequentava mais o Escova, que ficava na esquina da rua Fernando Machado com a Saldanha Marinho, endereço onde posteriormente viria a funcionar o Masmorra. O Escova era assim: escondido, abarrotado, só se entrava nele se conhecesse a senha da vez. Aqueles que forneciam o código certo podiam subir para a pista, depois de um corredor e uma escada, onde rolava a festa de gays, lésbicas, travestis e prostitutas. Não tinha ainda a questão da exclusividade do público – isso só foi acontecer a partir da metade da década, quando os donos de estabelecimentos começaram a deixar de fora as lésbicas e as travestis.

Sueli tocou muito naqueles bares dos arredores da Praça XV. Em 1985, montou uma banda só de mulheres chamada Ponta do Coral, em protesto contra a especulação imobiliária que já ameaçava naquela época a região de mesmo nome, na Beira Mar de Florianópolis. A banda ganhou certa notorie-

dade na televisão e na cidade. Os shows da Ponta do Coral lotavam os bares de lésbicas. E isso incomodava a clientela heterossexual. Algumas boates e bares, como a Chandon e o Escova, que a princípio não eram espaços conhecidos pela presença de homossexuais, passaram a ser considerados GLS. E os donos de certos estabelecimentos, de olho na clientela e no lucro, começaram a promover noites gays ao longo da semana. Em razão do turismo, principalmente – em especial na época de carnaval –, espalhou-se o conceito de Florianópolis como a “Capital Gay”.

Muita gente veio a Florianópolis em busca deste ideal. No alto verão, as praias quase intocadas da Ilha recebiam uma enxurrada de turistas e, é claro, de homossexuais. A página 2 da edição de dezembro de 1987 do Diário Catarinense atribuía o problema à propaganda:

Deu na última “Veja”: as praias Brava e Mole serão a sensação do verão na Ilha de Santa Catarina, devendo atrair turistas e o beautiful people (como se existisse disto por aqui), esvaziando a praia da Joaquina. É uma pena. Praia que entra na moda fica infrequenteável, pois só dá “terceiro time”, e a Brava e a Mole não mereciam isso.

Não muito afeitos aos bares e boates da cidade, Sueli e os amigos preferiam ocupar as praias com luais e rodas de violão. Era o espaço mais livre que tinham. A partir dos anos 1970, as praias de Florianópolis, que até então eram relegadas às comunidades tradicionais e pescadores, começaram a ser ocupadas pela contracultura. Adeptos do movimento hippie foram atraídos pela atmosfera da cidade, e nos anos 80, cresceu o fluxo de turistas interessados no surfe, vindos mais comumente da Austrália. Trocavam-se discos de vinil e fitas de bandas estrangeiras, criava-se um novo tipo de som. Essa efervescência cultural chamou a atenção de Cacau Menezes, que em pleno carnaval de 1990, escreveu no Diário Catarinense uma nota

sobre a Praia Mole:

Desde sábado a praia parecia outra, invadida por milhares de jovens, de todos os lugares, principalmente de São Paulo, Rio e Porto Alegre, e a impressão para os poucos nativos era de estar em outro lugar, menos em Florianópolis. Homens com lenços na cabeça, com trancinhas jamaicanas, gays de mãos dadas, topless, enfim, nunca essa praia viu tanta novidade, movimento e gente bonita como neste carnaval, que certamente a consagrou como a praia mais in da nossa Ilha.

De lá para cá, Sueli percebe que há maior liberdade com certas coisas. “A coisa ficou mais aberta, as pessoas ficaram mais antenadas”, ela diz. “É claro, as dificuldades para assumir ainda existem, mas tem bem menos pressão do que trinta anos atrás.” Embora quase não existam bares e boates exclusivos para o público homossexual, como se tinha naquela época, há mais aceitação e abertura da população em relação ao tema.

Foi diferente quando chegou em Florianópolis, em 1982. Na época, o trabalho com a música era relegado aos finais de semana, pois de segunda a quinta-feira, Sueli se ocupava em dar aulas de Educação Física para as crianças das escolas estaduais. Uma noite, um aluno seu – “gayzíssimo”, ela endossa – flagrou-a em uma das boates GLS da cidade. No dia seguinte, a escola toda já estava sabendo da história, e não demorou para a diretora dar um jeito de expulsá-la do corpo docente. “Hoje jamais se faria isso. Jamais te tirariam de uma escola, e olha, nem faz tanto tempo assim”, Sueli conta.

O caso mais grave de preconceito que sofreu por ser lésbica ocorreu um pouco antes, em 1977. Na época, com 22 anos, Sueli atuava como jogadora de handebol para a Delegação de Blumenau e morava no alojamento para atletas cedido pela Comissão Municipal de Esportes. Era noiva de um homem, num período em que ainda não tinha descoberto sua homossexualidade. Foi aí que ela apareceu. Sem saber muito

bem o que sentiam, Sueli terminou o noivado para ficar com sua primeira namorada. Foi encantador por um tempo.

No entanto, durante os Jogos Abertos de Santa Catarina, Sueli foi desligada da Delegação de Blumenau sem mais explicações. Na sequência, foi expulsa do alojamento onde morava. “Me senti completamente sem chão. Porque até então, eu estava apaixonada e era tudo lindo, tudo maravilhoso”, ela explica. Não chegou a se assumir para a família. No fundo, começava a perceber que nem todos eram tão compreensivos como imaginara.

A homossexualidade nos esportes é um tabu que começou a ser quebrado somente no final do século XX. Alguns atletas de esportes individuais, como a tenista tcheca Martina Navratilova, na década de 1980, e o saltador olímpico estadunidense Greg Louganis, na década de 1990, assumiram sua homossexualidade publicamente. No caso de Louganis, a declaração foi seguida de outra, em que admitia ter contraído o vírus HIV, na época estigmatizado como “doença de homossexuais e usuários de drogas”.

A pressão era maior nos casos dos esportes em equipe. Em 1999, o jogador de vôlei brasileiro, Luiz Cláudio Alves da Silva, mais conhecido pelo apelido de Lilico, foi um dos primeiros atletas brasileiros a sair do armário. Nas entrevistas, repetia com veemência: “Sou gay, mas jogo como um homem”. A declaração de Lilico veio acompanhada de polêmica, em que atribuía à homossexualidade a causa de não ter sido convocado pelo técnico Radamés Lattari para as Olimpíadas de Sydney. As Olimpíadas de Londres, realizadas em 2012, foram bastante diferentes: participaram dos jogos 23 atletas homossexuais assumidos, contra 11 de Atenas, em 2004, e 10 de Pequim, em 2008.

A vida de atleta só não terminou porque Sueli cuida bastante da saúde até hoje: faz musculação e corrida de rua. A música, por outro lado, não a decepcionou. “Como artista, eu tenho uma posição bem libertária. Como artista e como pes-

soa, não faz diferença.” Apesar de todas as dificuldades, acredita que o preconceito a tornou uma pessoa mais resistente. “Quanto mais livre tu for, quanto mais aceites as coisas com naturalidade, melhor. Não é que tu não vá lutar, mas aceitar o outro como ele é, isso é um exercício para a vida inteira”, ela diz, e levanta o braço para ajeitar o cabelo (um tique seu). Vê-se logo a tatuagem que tem no antebraço. É uma palavra em português. *Coragem*. Sueli abre um sorriso e explica: “Vem do latim. Quer dizer *agir com o coração*”.

CAPÍTULO 6 | É Patrícia e ponto final

Depois de onze anos de separação, pai e filha resolveram se reencontrar. Combinaram para uma quarta-feira de novembro, às duas da tarde, no Largo da Catedral Metropolitana, do centro de Florianópolis. Às quartas, acontece no Largo uma feirinha tradicional de roupas, comida, velharias e brochuras ensebadas – o tipo de coisa adorada por turistas curiosos e com bastante tempo vago. Inquieto, o pai chegou no ponto de encontro às dez da manhã. Aproveitou a folga que tinha para contar a história a quem quisesse ouvir. O eleito foi o homem da barraca de artesanato ilhéu, que ficou sabendo do encontro, da ansiedade e de boa parte do caso. Quando Patrícia chegou, o pai fez logo questão de apresentá-la ao novo amigo:

“Este aqui é o meu filho...”

“Não”, corrigiu o feirante. “Ela é a sua filha.”

Muita coisa havia mudado em onze anos: da última vez que a vira, Patrícia ainda não tinha passado por cirurgia plástica e depilação a laser. Agora tinha o cabelo longo e brilhante,

sobrancelhas finas, unhas feitas e volume nos seios. O pai, um homem rígido de quase cinquenta anos, desatou no choro ali mesmo.

“Pai, não chora”, Patrícia pediu. “A gente vai superar isso.”

Veio a sugestão de tomarem um café juntos. Quem sabe assim fossem conseguir botar a conversa em dia. Numa dessas lanchonetes convencionais, sentaram-se à mesa e fizeram os pedidos. Ainda se falavam de um jeito muito formal e contido. Mediam as palavras. Não demorou muito e a atendente parou ao lado da mesa.

“Moça”, começou ela, e apontou para o cardápio. “Não temos o suco que você pediu, mas tem este outro aqui.”

“Tudo bem.”

O pai fitou tudo meio ressabiado. Na infância, Patrícia já preferia brincar de boneca, elástico, bambolê e pular corda. Não importou que a tenha levado para assistir jogos de futebol, ela nunca tomou gosto. Fez pipas caseiras, daquelas de celofane, mas Patrícia ainda preferia as bonecas. Em uma casa repleta de primos e primas, Patrícia ficava mais apartada, evitando as correrias e barulheiras das crianças. Os parentes até notavam, comentavam em voz baixa, mas o pai só foi perceber isso tudo um pouco mais tarde.

Na adolescência, ficou evidente que Patrícia guardava algo para si. A relação com o pai foi ficando cada vez mais complicada, e por querer se afastar do convívio com ele – mas principalmente por não querer desapontá-lo –, Patrícia deu um jeito de sair de casa. Aos dezesseis anos, entrou com um pedido na Justiça e ganhou o direito de viver sob tutela da diretora do grupo de teatro Saúde em Cena, do qual participava. Em 2001, deixou definitivamente a casa do pai.

Foi um tempo bastante confuso: embora não se considerasse heterossexual, também não conseguia se enxergar como gay. Sua aparência era andrógina, com curvas pronunciadas e cabelo comprido. Ocultava as voltas do corpo vestindo rou-

pas largas, e amarrava o cabelo sob bonés. Tinha muito medo de falar e interagir com pessoas. As únicas coisas que pareciam fluir eram a dança e o teatro – participava de grupos artísticos e, no final de semana, realizava trabalhos voluntários de dança e teatro com crianças das comunidades de Florianópolis. Deixou a escola por dois anos. Os rumos mudaram quando participou de um concurso de Drag Queen na casa noturna Mix Café, em Florianópolis. Terminou em segundo lugar e começou a viajar o Brasil como a Drag Queen Aguillera.

Quando chegava o dia, Patrícia deixava de ser Aguillera para se tornar uma figura andrógina, com um pouco de homem e mulher ou nenhum dos dois. “Nunca me vi como menino”, afirma Patrícia. “E quando estava de Drag, uma Drag muito caricata, eu não me gostava.” Então, no final de 2010, Patrícia chegou ao limite. Na fila do supermercado, uma criança chamou a atenção da mãe, puxando a barra da blusa, apontou para Patrícia e perguntou: “Mãe, porque aquela moça tá vestida de homem?”

Não adiantava mais esconder. Patrícia ficou muito tempo indecisa, considerando o estereótipo de que toda transexual tem que fazer programa e que seria muito, muito mais difícil conviver com o preconceito a partir dali. Pesou os pontos e decidiu fazer a transição. “Achava que seria empecilho para conseguir emprego, depois vi que não, que dificuldades existem, mas conta mais a maneira como a pessoa se porta. As pessoas acham que porque um determinado grupo faz, todo mundo faz. Indiferente se é transexual, travesti ou gay. Eles julgam que todo gay é afeminado, toda lésbica é agressiva...”, diz Patrícia.

No Brasil, pelo menos 90% das travestis e transexuais se prostituem, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). O número expressivo reflete a dificuldade de travestis e transexuais conseguirem emprego regular no mercado de trabalho. “As pessoas rotulam muito sem realmente conhecer. Sem dar uma chance de

conhecer o novo”, Patrícia desabafa.

No final de 2010, em plena transição, Patrícia prestou vestibular na Universidade Federal de Santa Catarina. Como não tinha dinheiro para cursinho, acabou estudando em casa, e passou. “Eu pensei: vou pra faculdade. Mas vou como?” Encontrou com um processo administrativo na universidade e, seis meses depois, seu nome social foi aprovado. Já tinha decidido que, se o resultado do processo não saísse antes do início das aulas, desistiria da faculdade para não ter que passar pela exposição do nome de registro. Mas deu tudo certo. De Aguilera, passou a ser Patrícia Aguilera, mulher de noite e de dia.

Para alterar o nome e o sexo que consta nos documentos oficiais de identificação pessoal, Patrícia entrou com processo na Justiça em 2011. O juiz responsável pelo caso afirmou não ter autonomia para seguir com a decisão, e o processo foi encaminhado para a Vara de Família, onde aguarda resolução. O Projeto de Lei 5002/2013, ou PL João Nery, de autoria do deputado Jean Wyllys, pretende simplificar o processo: com um trâmite simples pelo cartório, qualquer pessoa transgênera poderia solicitar a retificação de seus documentos e a emissão de uma nova carteira de identidade.

Mas enquanto o resultado não sai, Patrícia se vira como pode com o nome social. É claro que isso gera desconfortos de tempos em tempos. Certa vez, comprou alguns livros pela internet, mas o serviço de Correios não conseguiu finalizar a entrega – nesses casos, o pacote fica retido na central de Correios mais próxima, à espera de que alguém o retire. Patrícia foi até lá, munida dos documentos pessoais.

“Você está me entregando a identidade dessa pessoa, mas a correspondência veio no nome de outra”, pontuou o funcionário.

“Indiferente”, Patrícia explicou, “indiferente porque está endereçado para mim. Se forem entregar lá em casa, vão entregar para mim, de qualquer jeito. O que não aconteceu: você chegou lá, eu não estava e a correspondência veio para cá. En-

tão eu estou aqui me identificando, dizendo quem eu sou”.

E Patrícia faz isso com frequência. A mãe, por exemplo, até hoje não consegue chamá-la pelo nome social – e nem vai tentar. Evangélica, tem dificuldade de aceitar algumas coisas. A princípio, brigaram bastante, mas Patrícia assumiu outra postura: “Como a gente mora em cidades diferentes, eu vou aceitar que me chame como quiser. Tô deixando assim, sabe? Ela faz do jeito que ela consegue, e isso não tem influenciado muito pra mim”.

Já o pai parece se esforçar mais com a questão do nome. Ainda não a chama de Patrícia, mas também não usa o nome de registro. Com a família de sua atual esposa, não existem dúvidas: é Patrícia, e ponto final. Na família do pai, quase todos os primos, tios e tias utilizam o nome social para se referirem a Patrícia. Quase todos. Quando não acontece, logo se corrigem. “Mas acho que é a maneira que eu me imponho, no final. Eu tenho que tomar meu ponto de referência”, explica Patrícia. A família vai lidando com as diferenças a seu tempo. Com o namorado de Patrícia foi assim, aos poucos.

Quando a conheceu, já pelo nome de Patrícia, o namorado não sabia que ela era uma mulher trans. Nem imaginava. Natural de São Paulo, veio para Florianópolis a estudo. A família dele não aceita muito bem a situação, mas a dela respeita bastante o casal. Tanto é que, no casamento da irmã de Patrícia – filha do pai em seu novo casamento –, Patrícia foi acompanhada do namorado. O pai até o cumprimentou, mas com expressão de desconforto. Antes disso, já tinha proibido o namorado de ir na comemoração de dia dos pais. Patrícia insistiu. Nessas horas, é muito importante que a família inteira respeite seu nome social. “Por mais que meu namorado saiba meu nome, ele me conheceu como Patrícia. Seria desconfortável pra ele ver alguém me chamando por outro nome.”

O progresso de Patrícia com o pai é gradual e delicado. Depois daquele primeiro reencontro, no Centro de Florianópolis, vieram outros, sempre em tom bastante formal. E, para

ele, ver o modo como as outras pessoas se referem a ela deve ter gerado alguma conclusão. Apesar de não ser entendida de todo, a transexualidade da filha ganhou uma explicação religiosa: no Espiritismo, considera-se que os espíritos não têm sexo, portanto podem encarnar tanto em um corpo masculino como feminino. Foi o que a tia de Patrícia disse ao pai. E isso pode ter surtido algum efeito... “Talvez eu tenha o respeito do meu pai, depois que ele me conheceu e viu quem eu realmente sou”, Patrícia conta.

Desde que transicionou, sente-se mais forte e confiante. “Sempre fui uma pessoa muito difícil de fazer amizade, talvez por medo. Era uma coisa de insegurança, de não saber lidar. Agora sou mais segura. Se tiver que entrar num bar de beira de esquina para pedir um copo de água, eu entro. Antigamente, nunca.” Apesar disso, tem poucas amigas trans, travestis e gays. Acredita que uma das razões para isso é ter fugido do estereótipo de que toda mulher trans tem que ser garota de programa. “O próprio mundo gay não dá chance para conhecer outras pessoas, julgam que é tudo a mesma coisa.”

Aos 29 anos, Patrícia já não dança mais. O teatro também ficou de lado com a falta de tempo, mas persistiram a comunicação e a habilidade de contar coisas. Histórias. Patrícia conta, por exemplo, que às vezes pensa em ter filhos, adotar, formar uma família. Mas vai depender muito de sua situação financeira. Sobre a carreira, também não sabe dizer ainda. Talvez siga na área de Arquivologia, curso que está quase finalizando, ou talvez parta para algo a ver com linguagem e palavras. Não sabe ainda. E essa é a graça da coisa.

CAPÍTULO 7 | Invisível

A mãe anuncia que está grávida de um menino. Tem festa na família. A parentalha toda corre a comprar enxoval azul, sapatinho azul, brinquedo azul. Um tio se adianta e já traz uma bola de futebol, na esperança de o sobrinho nascer craque. Decidem um nome – nome bonito, dizem as tias; nome de macho, dizem os tios – e bordam em tudo o que for possível. No lençol. Nos quadri-nhos almofadados da porta do quarto do bebê. A gravidez é uma ansiedade só. E quem vai ser o padrinho? E quem vai ser a madrinha?

Nasceu. Alguns acendem charutos para comemorar. Enrolam o bebê em uma toalha e o expõem na asséptica sala com lâmpada fluorescente branca. Os parentes colam a testa, o nariz e as palmas da mão no vidro para enxergar melhor. Parece com ele. Parece mais com ela. A mãe já está bem, só um pouco cansada. O pai não consegue acreditar. Em breve já estão em casa, com um membro a mais na família, e um choro mais estridente cortando a noite.

A criança cresce. Vai tomando consciência do mundo ao redor e algumas coisas lhe desagradam. Outras, ainda não entende por que, não encaixam tão bem quanto deveriam. Tem a inimizade de todos os meninos, que parecem gostar de machucar. E, das meninas, é bastante próxima. Gosta delas, mas não da maneira que querem que goste, porque não consegue vê-las como um troféu a ser conquistado.

Algo no padrão de masculinidade não agrada a criança. Talvez tudo. Ao mesmo tempo em que não se encaixa no grupo dos homens, não se sente mulher. Mas suas maiores referências são mulheres, das músicas e das artes. A adolescência é uma confusão. Cogita ser gay, tenta ficar com meninos. Não gosta. Tem alguns relacionamentos com meninas, e mesmo eles são um pouco diferentes do que se espera.

Às escondidas, veste uma saia e passa batom. De repente já não é mais às escondidas. Tem alguma coisa aí, ela pensa. Chega a hora de deixar o nome – aquele registrado nos documentos de identificação – para trás. Assume um outro nome, mas nem por isso passa a ser outra pessoa. E isso é o mais complicado de explicar.

Lana é uma pessoa trans não-binária. Em outras palavras, isso quer dizer que Lana não se identifica plenamente como “homem” ou “mulher”: às vezes, sente-se como um pouco dos dois, como nenhum dos dois ou flui entre essas possibilidades. E essa percepção pode variar com o tempo. Como tudo é dividido entre masculino e feminino, desde os banheiros até roupas, nomes e papéis de gênero, muitas pessoas nem suspeitam da existência de Lana. E a própria Lana, até pouco tempo atrás, não sabia que era possível fugir dessa dicotomia.

Foi graças à internet que encontrou pessoas que se sentiam da mesma forma. Isso em 2013, com 28 anos de idade. Até então, seu desconforto com gênero não tinha nome. Da infância à idade adulta, mesmo que lhe dissessem que era um menino, Lana não conseguia concordar com isso inteiramente. Faltava alguma coisa. Começou a experimentar saia, meia-

calça, maquiagem, sutiã. É evidente que nada disso a tornava mulher, então Lana depreendeu que deveria ser mesmo um homem. Mas que tipo de homem? A dúvida pairou em sua mente até descobrir que não precisava ser nem um, nem outro. Ou que podia ser os dois ao mesmo tempo.

Não há, até o momento, nenhum levantamento disponível sobre o número de pessoas trans não-binárias no Brasil. O que se sabe sobre o assunto é conversado, sussurrado, segredo. Tal pessoa se assumiu como trans não-binária. Outra pessoa quer se hormonizar. Uma terceira conhece o amigo de um amigo de uma “pessoa n-b” – diminutivo carinhoso para se referir a trans não-binários. E esse submundo trans vem emplacando uma ou outra notícia nos meios de comunicação brasileiros, em ritmo bem lento, mas só.

Não há muita certeza sobre a história das pessoas não-binárias no Ocidente. Sabe-se, no entanto, que o termo “não-binário” data das últimas décadas do século XX, quando a teoria *Queer* ganhou força nos Estados Unidos. Mas existem relatos muito anteriores de indígenas que assumiam dois gêneros, ou nenhum deles, já nos tempos de colonização da América. Era o caso dos Dois-Espíritos, conhecidos até pouco tempo atrás como *berdaches*, indígenas de povos nativos americanos que não eram considerados nem homens, nem mulheres, e eram creditados como pessoas abençoadas pelos deuses.

Na atualidade, o imaginário sobre as pessoas trans permanece estagnado em estereótipos do século passado: histéricas, transtornadas, drogadas, barulhentas, aidéticas. O que dizer então de pessoas trans não-binárias? Cada história de vida é diferente: algumas pessoas trans não-binárias querem se hormonizar, outras não; algumas querem fazer a cirurgia de redesignação sexual; outras não; algumas sentiram desconforto com o gênero ainda na infância; outras só recentemente. Mas todas elas estão enquadradas pela Décima Revisão da Classificação Internacional de Doenças e de Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) – classificação também utilizada

no Brasil – como pessoas com transtornos de identidade de gênero.

Algumas pessoas trans não-binárias de fato relatam sentir *disforia*, que para a psiquiatria é o humor que inclui tristeza, angústia e pessimismo, geralmente relacionados com perda de interesse e prazer em realizar atividades cotidianas. Nesse caso, todavia, a disforia está ligada a um sentimento diferente: é como se o corpo não “encaixasse” bem com a forma como o indivíduo se percebe. Para algumas pessoas trans, essa sensação pode durar a vida inteira. É com o intuito de sanar esse desencontro que muitas se hormonizam e realizam cirurgias de redesignação sexual.

Lana passou por um processo semelhante, mas ao contrário do que esperava, a disforia só aumentou com a hormonização. Foram seis meses de auto-medicação, período em que já começaram a aparecer os primeiros efeitos dos hormônios no corpo. Lana acha muito difícil explicar a sensação. “É muito sutil”, afirma. Sentia a Tensão Pré-Menstrual (TPM) todos os meses, porque o remédio funcionava por ciclos. Os pelos pararam de aparecer e as glândulas mamárias cresceram. A parte mais complicada para Lana foi a diminuição drástica da libido, da força e da disposição física. “Quando você se deprime, você se deprime *mesmo*. Chegou a um ponto que comecei a pensar ‘por que estou fazendo isso?’”

Assim que parou de se medicar, sentiu-se melhor com o seu corpo. “Porque eu acho que eu comecei a construir uma outra relação com a minha feminilidade, com o que eu entendo que é ser trans. Isso ajuda muito a viver esse corpo que eu tenho agora.” Algumas amigas de Lana, que apostaram na auto-medicação, não tiveram o mesmo resultado. A falta de informação dos médicos torna a situação ainda mais problemática: “Não tem médico que vá entender o fato de eu ser uma pessoa não-binária. Nunca vai aprovar, nunca vai receitar nada”.

Mesmo sem a aplicação de hormônios, cirurgia de rede-

signação sexual e alteração no nome dos documentos de identidade, Lana ainda é uma pessoa trans. Essa condição desperta algumas dúvidas nos curiosos. “Qual é o banheiro que você usa?” é uma das primeiras. Quando nasceu, Lana foi designada como homem, por isso identifica-se como uma pessoa trans não-binária *AMAB* (do inglês *Assigned Male At Birth*, ou seja, assignada como homem ao nascer). Dessa forma, Lana entende que a maioria das pessoas costuma enxergá-la como pertencente ao gênero masculino. Para não causar muito rebuliço, utiliza o banheiro deles. Mas vez ou outra acontecem mal-entendidos: num desses dias, um homem se espantou ao vê-la no banheiro. Pensou que estivesse no lugar errado.

A reação mais frequente ao ver Lana é tentar colocá-la em alguma categoria. O problema seguinte é como se referir a ela: com quais pronomes deve-se tratar uma pessoa que não se enquadra exclusivamente em nenhum gênero? Nesse caso, antes de tudo, o mais importante é perguntar. A Língua Portuguesa, ao contrário do Alemão, não possui gênero neutro. Para contornar essa situação, vem sendo utilizado um tipo de linguagem neutra, que evita ao máximo o uso de pronomes de tratamento e flexão de gênero. Por escrito, tem quem use a arroba (@) no lugar do “o” ou “a” – assim, *ela* passa a ser escrito como *el@*. Isso é possível sobretudo em razão da internet e das redes sociais, onde este símbolo é mais utilizado. Outras formas incluem o “x” e a letra “e”, nas mesmas situações. Para Lana, quando o tratamento neutro for impossível, a preferência é pelo uso de pronomes de tratamento femininos.

Tem gente que não entende. “A maior parte das pessoas me trata pelo gênero que foi certificado pelo Estado. No fundo, elas acham que se não fizerem isso, estarão me desrespeitando. Não acho que seja por mal. Muitas não entendem, não conhecem mesmo”, Lana conta. E a questão do nome é polêmica: foi mais difícil explicar que queria ser chamada por outro nome do que se fazer entender sobre seu uso de saias e maquiagem. É como se tivesse se tornado outra pessoa só

por ter se assumido como trans. “As pessoas se apegam a uma imagem de você, e quando você muda o nome, as pessoas precisam construir uma imagem toda nova. Tem pessoas que mudaram totalmente o jeito de me tratar quando me assumi como trans.”

Por preconceito, desinformação ou descuido, o mais frequente é que considerem Lana como um homem homossexual. “Muitas vezes o que as pessoas chamam de lesbofobia e homofobia é simplesmente transfobia”, ela explica. Percebeu isso certo dia, quando vivenciou uma cena incomum na rua. Um casal de homens, que caminhava de mãos dadas, entrou em um veículo. O carro deu a partida, acelerou, e quando passou por Lana, veio da janela o grito: “Morre, *viado*”. O casal homossexual se endereçava a ela. “Eu achei que fosse conseguir apoio e solidariedade com aquelas pessoas, e foi bem o contrário. Recebi *isso*.”

*

A festa segue madrugada adentro. Amigos de todos os cantos se reencontram para colocar os assuntos em dia, abrem-se cervejas aqui, gargalhadas trovejam lá, e a música abafa o burburinho das conversas. Perto do círculo de amigos está um recém-formado casal homossexual, de mãos dadas, ostentando alianças novas e reluzentes. Um dos namorados se adianta: “Este aqui é o meu companheiro”. Não demora, alguém lança a pergunta indiscreta: “E quem é o homem da relação?”

Este tipo de questionamento se baseia na ideia de que sempre vai haver um “homem” e uma “mulher” nas relações entre as pessoas – ou, indo mais além, alguém que assuma o papel social de submissão e outro que assuma o papel de dominação. A isso, dá-se o nome de “relação heterossexual”. E essa linha de raciocínio é falha porque não engloba as relações entre as pessoas que fujam da norma – que é o caso de Lana.

Como bissexual, Lana se interessa por pessoas de mais de um gênero. Durante muito tempo de sua vida, viu-se obrigada a cumprir papéis que não apreciava nas relações afetivas, em especial quando ainda se identificava como homem. “Na hora de transar com a pessoa, eu tinha momentos muito loucos. Até no momento da penetração, tinha a sensação de não saber quem estava penetrando quem. Essas sensações meio delirantes que a gente tem, mas que têm muito a ver com as relações que a gente cria”, ela explica. “Eu não queria ter relações heterossexuais com as pessoas, e isso passava muito por não me identificar como homem.”

Para Lana, um relacionamento tem mais a ver com se atrair por uma pessoa com quem haja alguma identificação. Mas nem sempre foi assim. “Se você se relaciona com uma pessoa, dividindo a cama com ela, mas quem você mais admira no mundo está fora dessa cama, se toda a sua energia se concentra em uma pessoa de fora, isso cria uma relação muito violenta.” Acontece que, com muita frequência, Lana percebe as pessoas perdendo o interesse nela depois que se assume como trans.

Por se atrair principalmente por mulheres, Lana acaba pertencendo a um limbo: para as mulheres heterossexuais, Lana é “bicha”; para as mulheres lésbicas, não é “uma mulher de verdade”. E não é mesmo, mas esse argumento não parece se aplicar às pessoas trans não-binárias *AFAB* (do inglês *Assigned Female At Birth*, ou seja, assignadas mulheres ao nascer). “Eu sou sempre o amigo *viado* das pessoas. Normalmente, quando fico com alguém, é com pessoas bissexuais.” E mesmo assim, os estranhamentos existem.

É aí que entra a solidão. Implacável e contínua. Lana tenta lidar com isso da melhor maneira. Escreve, dança, toca violão. Mas todo mundo gosta de afeto. E Lana também é gente, só que ninguém vê.

Atenção: Todos os termos aqui presentes estão sujeitos à ressignificação constante nos meios LGBT. Portanto, a ideia é que este glossário sirva como guia básico para sanar dúvidas e curiosidades. Para maiores aprofundamentos, veja outras referências.

AFAB e AMAB:

São siglas para as expressões em inglês *Assigned Female at Birth* e *Assigned Male at Birth*, que significam respectivamente “Designade como mulher ao nascer” e “Designade como homem ao nascer”.

Agênera

Pessoa que não se interessa ou mesmo recusa ser enquadrada por qualquer categoria de gênero, seja ela binária ou não-binária.

Androginia

Geralmente se refere a uma expressão de gênero ambígua, que pode ser uma combinação ou meio-termo entre feminino e mas-

culino. Quando o indivíduo se afirma como andrógino, o termo também pode ser empregado para dar nome a uma identidade de gênero.

Assexual

Pessoa que não manifesta interesse ou atração sexual por outros indivíduos.

Butch

Pessoa com identidade de gênero dentro do espectro feminino (incluindo trans não-binários), mas com expressão de gênero que envolve aspectos tradicionalmente masculinos. Termo fortemente associado à cultura lésbica.

Cis / Cisgênero / Cissexual

Indivíduo cuja identidade de gênero é concordante com o gênero/sexo que lhe foi atribuído no nascimento. Por exemplo: uma pessoa que foi assignada mulher ao nascer e se identifica como mulher é chamada de mulher cisgênera.

Cis-norma

Sistema social que designa indivíduos como “homens” ou “mulheres”, tomando como base para isso os seus órgãos genitais, e que vincula ao sexo/gênero uma série de papéis e comportamentos compulsórios. A ideia de que meninos têm pênis e são naturalmente agressivos e meninas têm vaginas e são naturalmente sensíveis está relacionada com a cis-norma. De acordo com esse sistema, todos os que fogem da norma cisgênera e heterossexual são caracterizados como anormais, doentes ou mesmo criminosos (como é o caso dos países que criminalizam a homossexualidade e a transsexualidade, por exemplo).

Crossdressing

Prática de vestir roupas que não se alinham com a identidade de gênero da pessoa em questão. Pode ser um gesto prazeroso ou até

mesmo algo necessário para a sobrevivência (ou seja, uma prática imposta pela sociedade).

Disforia de gênero

Sentimento de não-pertencimento/inadequação a um determinado gênero, comumente causado pela dificuldade de cumprir as expectativas e papéis impostos pela cis-norma.

DFAB e DMAB

Siglas para as expressões *Designated Female At Birth* e *Designated Male At Birth*, que significam respectivamente “Designade Mulher ao Nascer” e “Designade Homem ao Nascer”. São uma alternativa para AFAB e AMAB.

Drag Queen

Uma pessoa, costumeiramente homem, que se veste de forma artística para representar uma mulher. Também existem pessoas dentro do espectro de gênero feminino (mulheres cisgêneras, transgêneras e trans não-binárias) que são Drag Queens.

Drag King

Uma pessoa, costumeiramente mulher, que se veste de forma artística para representar um homem. Também existem pessoas dentro do espectro de gênero masculino (homens cisgêneros, transgêneros e trans não-binários) que são Drag Kings.

Expressão de gênero

Estilos de roupas, acessórios, modo de falar, linguagem, comportamentos, modificações corporais (ex: piercings, tatuagens), cortes de cabelo e dispositivos através dos quais uma pessoa demonstra seu gênero.

Femme

Relacionado ao que é considerado tradicionalmente como feminino. Pode ser o estilo de roupas, a aparência física, o comportamen-

to. Fortemente associado à cultura lésbica.

Gênero ou sexo designado / gênero imposto

Trata sobre o gênero ou sexo que foi atribuído à pessoa no nascimento (ver o item cis-norma no glossário). É o sexo/gênero que foi imposto à pessoa com base na sua genitália. Não tem nada a ver com a identidade de gênero de um indivíduo.

Gêneros binários

Os gêneros feminino e masculino. Uma pessoa binária é aquela que se identifica estritamente com o gênero feminino OU com o gênero masculino, sempre de forma separada, sem fluidez e em totalidade. Pessoas binárias podem ser cis ou trans.

Gêneros não-binários / Não-binários / N-b

Pessoas transgêneras cuja identidade de gênero não é um simples “mulher” ou “homem”, isto é, não são “exclusivamente-e-totalmente mulher” ou “exclusivamente-e-totalmente homem”. Algumas pessoas declaram ter um gênero completamente neutro; outras, por exemplo, podem ser não-binárias mas se identificarem um pouco com o gênero masculino (pessoas não-binárias transmascu-linas) ou feminino (pessoas não-binárias transfemininas).

Genderfuck (expressão de gênero)

Expressão de gênero política. Quem propositalmente faz questão de desafiar a normatividade de gênero, quebrando e subvertendo paradigmas de gênero.

Identidade de gênero / gênero

É a experiência subjetiva de uma pessoa a respeito de si mesma e das relações dessa pessoa com os outros gêneros. É como alguém sente sua própria essência do “ser”. Não se restringe a homem ou mulher, nem equivale necessariamente ao sexo/gênero que foi atribuído no nascimento da pessoa. Gênero pode ser binário (só mulher ou só homem) ou não-binário (todos os outros gêneros).

A identidade de gênero NÃO depende dos genitais externos e nem do sistema reprodutor do indivíduo.

Linguagem Não-Binária ou Neutra

Conjunto de formas linguísticas que permitem a comunicação sem que ocorra a demarcação de gênero das pessoas envolvidas no diálogo. Os pronomes “ele” e “ela”, por exemplo, determinam gênero dentro do binário. Por isso, a linguagem neutra é extremamente importante para muitas pessoas transgêneras binárias sem passabilidade ou pessoas não-binárias.

Não-conformidade de Gênero

Maneiras de agir, de falar e de se vestir que são discriminadas pela sociedade tradicional e pela cis-norma.

Papel social de gênero

Conjunto de expectativas, normas e pressões culturais associadas a um gênero em particular. A expectativa de que meninos sejam agressivos e meninas sejam cuidadosas é um papel social de gênero. As pessoas podem seguir ou ignorar os papéis sociais de gênero impostos a elas, já que a conformidade com esses comportamentos não reflete o gênero verdadeiro da pessoa. Pessoas cisgêneras que violam os papéis sociais de gênero não “se tornam” transgêneras. E pessoas transgêneras tampouco precisam seguir papéis sociais de gênero para afirmarem sua identidade de gênero. Por exemplo: uma mulher transgênera que não tem uma expressão de gênero muito feminina não deixa de ser mulher.

Passável

Pessoa passável é aquela que é vista pela sociedade como sendo do gênero com que ela realmente se identifica. Se um homem transgênero é lido como homem pela sociedade, é dito que ele apresenta passabilidade cisgênera (ou seja, passabilidade como homem cisgênero). Vale lembrar que nem toda pessoa transgênera deseja ter passabilidade.

“Ser lida como...”

Uma expressão usada quando uma pessoa é lida pela sociedade como sendo de um gênero específico. Pode ser algo positivo (quando a sociedade enxerga a pessoa como sendo de um gênero em conformidade com a identidade de gênero dela) ou negativo (quando a sociedade enxerga a pessoa como pertencente a um outro gênero que não está em conformidade com a identidade de gênero dela). Por exemplo: uma pessoa andrógina que foi tratada/entendida como um homem cisgênero em determinada ocasião foi “lida como homem”.

Tratamento de gênero

É a maneira como uma pessoa fala dela mesma ou trata as outras pessoas no âmbito social. É o modo de chamar alguém quanto ao gênero gramatical. As formas de tratamento de gênero podem ser: neutra, feminina ou masculina. Em português, pronomes, substantivos e adjetivos variam de acordo com o gênero (ela/ele/dela/dele/linda/lindo). No entanto, as formas de tratamento de gênero preferidas pela pessoa não dependem da identidade ou da expressão de gênero dela. Ou seja, um homem cisgênero pode querer ser tratado “no feminino”, uma mulher cisgênera pode querer ser tratada “no masculino”, e por aí vai. Uma dica é observar como a pessoa se refere a si e, em caso de dúvidas, perguntar como ela se sente mais confortável em ser tratada.

O AUTOR | Juno Nedel

Juno Nedel (24/10/1993) é um jornalista, tatuador e músico trans não-binário, natural da cidade de Florianópolis/SC. É aficcionado por assuntos como cicloativismo, guitarra & música em geral, veganismo, jardinagem de guerrilha, mochilões, gatos, relacionamentos não-monogâmicos, língua japonesa e segurança digital.

Quer trocar uma ideia, mandar dicas, fazer críticas, enviar sugestões de pauta ou marcar um rolê? Use os canais de contato a seguir:

- > junonedel@gmail.com
- > [facebook/JunoNedel](https://www.facebook.com/JunoNedel)
- > [instagram/junonedel](https://www.instagram.com/junonedel)

